

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

CARLA LUCIA CORREIA

**INVESTIMENTOS AMBIENTAIS EFETUADOS POR UMA EMPRESA
CATARINENSE DO RAMO DE GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA
ELÉTRICA**

**FLORIANÓPOLIS – SC
2008**

CARLA LUCIA CORREIA

**INVESTIMENTOS AMBIENTAIS EFETUADOS POR UMA EMPRESA
CATARINENSE DO RAMO DE GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA
ELÉTRICA**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor Msc. Vladimir Arthur Fey

**FLORIANÓPOLIS – SC
2008**

CARLA LUCIA CORREIA

**INVESTIMENTOS AMBIENTAIS EFETUADOS POR UMA EMPRESA
CATARINENSE DO RAMO DE GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA
ELÉTRICA**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota (média) de _____, atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo.

Florianópolis, 10 de Junho de 2008

Professora Dr.^a Valdirene Gasparetto
Coordenadora de Monografia do Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Professores que compuseram a banca:

Professor Msc. Vladimir Arthur Fey (orientador)
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Professora Dr.^a Elisete Dahmer Pfitscher (co-orientadora)
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Professor Msc. Fabiano Maury Raupp (membro)
Departamento de Administração, UDESC

**Florianópolis
2008**

“Faça o que for necessário para ser feliz. Mas não se esqueça que a felicidade é um sentimento simples, você pode encontrá-la e deixá-la ir embora por não perceber sua simplicidade”

Autor: Mário Quintana

Este trabalho é dedicado:

*Ao meu pai Manoel.
A minha mãe Daura.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus;

Aos meus pais, Manoel e Daura, que sempre batalharam para que eu tivesse estudo de qualidade, educação, e me ensinaram a dar valor ao conhecimento e ao profissionalismo e que sempre estiveram ao meu lado dando forças em todos os momentos de minha vida;

Ao meu orientador Prof.º Vladimir, pela confiança em mim depositada;

A minha co-orientadora Prof.ª Elisete, que sempre esteve pronta a me auxiliar;

Ao Prof.º Fabiano Raupp, pelos conselhos, por estar sempre disposto a ajudar nas dúvidas, nos momentos mais difíceis na realização deste trabalho;

A minha irmã Christianne, meu cunhado Jailson e minha afilhada Yasmin, por fazerem parte da minha vida e pelo carinho dedicado;

A todos os meus amigos, em especial, Ane, Manu, Carla, Dinha, Fabi, Carol, Zé e Dari que presentes no meu dia-a-dia, me deram força e confiança em todos os momentos;

Ao Luiz e Aluisio, pela compreensão e colaboração para a conclusão deste trabalho;

E, em especial, ao meu namorado, Kleber, pela força, paciência, dedicação, sempre me apoiando e acalmando para que esse trabalho fosse concluído.

Enfim, muito obrigada!

RESUMO

CORREIA, Carla Lucia. **Investimentos ambientais efetuados por uma empresa catarinense do ramo de geração e distribuição de energia elétrica.** 2008. 69 p. Monografia (Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

ORIENTADOR: Vladimir Arthur Fey, Msc.

A contabilidade ambiental nada mais é do que o registro do patrimônio ambiental e suas mutações. A empresa que utilizar essa ferramenta pode tornar mais transparente sua relação com o meio ambiente, seja no passado, no presente ou em suas intenções futuras. Os investimentos ambientais estão relacionados com as atitudes das empresas com relação ao meio ambiente, como exemplo, investir em modificações de processo, substituir os insumos, reduzir ou eliminar os resíduos tóxicos e racionalizar o consumo de recursos naturais. Assim, o objetivo geral deste estudo constituiu em analisar o nível de investimentos ambientais efetuados pela empresa catarinense geradora e distribuidora de energia elétrica, Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A – CELESC. Trata-se de uma pesquisa descritiva, realizada por meio de um estudo de caso com abordagem quali-quantitativa. Os dados foram coletados através do relatório da administração e Balanço Social e analisados por meio de análise descritiva de conteúdo. O estudo apresenta uma revisão de literatura abordando alguns conceitos e características da contabilidade ambiental. No tocante aos dados da empresa foram analisados os relatórios da administração e Balanços Sociais da CELESC 2005 a 2007, nos quais verifica-se o nível de investimentos ambientais, os tipos de investimentos ambientais e o comparativo de investimentos ambientais entre a CELESC e as empresas do mesmo ramo de atividade. Identificou-se que o nível de investimento ambiental da empresa objeto de estudo é de R\$ 16.835 milhões em 2005 e R\$ 44.278 milhões em 2006, que comparado com sua receita líquida, obteve um percentual de 0,56% em 2005 e 1,35% em 2006 e com relação ao comparativo entre as empresas do mesmo ramo a CEMAT foi a que mais investiu no meio ambiente com relação a receita líquida com um percentual de 1,83% no primeiro período e no segundo com 1,47% .

Palavras – chave: Contabilidade Ambiental; Investimentos Ambientais; Balanço Social; Relatório da Administração.

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BID – Banco Internacional do Desenvolvimento

BOVESPA – Bolsa de Valores do Estado de São Paulo

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento

BS – Balanço Social

CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

CIC – Centro Integrado de Cultura

CIASC – Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina

CEMIG – Centrais Elétricas de Minas Gerais S/A.

CELG – Centrais Elétricas de Goiás S/A

CEMAT – Centrais Elétricas Matogrossenses S/A

FATMA – Fundação Estadual de Meio Ambiente

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IFC – Instituto de Fiscalização e Controle

ISO – International Organization for Standardization

LABSOLAR – Laboratório Solar

PROCELFIÊNCIA – Programa de Eficiência Energética

ONG'S – Organizações não Governamentais

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SESC – Serviço Social do Comércio

SGA – Sistema de Gestão Ambiental

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Investimentos Ambientais X Receita Líquida.....	50
--	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Modelo de Balanço Social apresentado pelo Instituto Ethos.....	29
QUADRO 2 – Contrato entre as Organizações e a Sociedade.....	34
QUADRO 3 – Interesses Específicos de cada partícipe.....	37
QUADRO 4 – Tipos de Contabilidade Ambiental.....	38
QUADRO 5 – Vantagens do Sistema de Gestão Ambiental.....	41
QUADRO 6 – Tipos de Investimentos Ambientais efetuados na empresa objeto de estudo.....	45

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Receitas Líquidas.....	51
FIGURA 2 – Receita Líquida CELESC X Receita Líquida Média.....	52
FIGURA 3 – Investimentos Ambientais.....	53
FIGURA 4 – Investimento Ambiental CELESC X Média.....	54
FIGURA 5 – Participação Investimentos Ambientais em relação a Receita Líquida.....	55
FIGURA 6 – Comparativo de Investimentos Ambientais da CELESC X Média em relação a Receita Líquida.....	56

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
1.2 TEMA E PROBLEMA DA PESQUISA	11
1.3 OBJETIVOS	13
1.3.1 <i>Objetivo geral</i>	13
1.3.2 <i>Objetivos específicos</i>	13
1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	13
1.5 METODOLOGIA DA PESQUISA	14
1.5.1 <i>Tipos de pesquisa</i>	15
1.5.2 <i>Instrumentos de coleta e análise dos dados</i>	17
1.6 LIMITAÇÃO DO ESTUDO	18
1.7 ESTRUTURA DO TRABALHO	19
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	20
2.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A CONTABILIDADE	20
2.2 CONTABILIDADE SOCIAL	22
2.2.1 <i>Responsabilidade social</i>	23
2.2.2 <i>Balanço Social</i>	25
2.3 CONTABILIDADE AMBIENTAL	33
2.3.1 <i>Usuários da contabilidade ambiental</i>	36
2.3.2 <i>Classificação da contabilidade ambiental</i>	37
2.4 INVESTIMENTO AMBIENTAL	39
3 DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO DE CASO	43
3.1 PERFIL E BREVE HISTÓRICO SOBRE A EMPRESA OBJETO DE ESTUDO	43
3.2 TIPOS DE INVESTIMENTOS AMBIENTAIS EFETUADOS.....	44
3.3 COMPARATIVO DO NÍVEL DE INVESTIMENTOS AMBIENTAIS ENTRE A CELESC E AS EMPRESAS DO MESMO RAMO DE ATIVIDADE	50
3.3.1 <i>Nível de Investimentos Ambientais da CELESC</i>	50
3.3.2 <i>Evidenciação da Receita líquida</i>	51
3.3.3 <i>Evidenciação dos Investimentos Ambientais</i>	52
4 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS.....	58
4.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
4.2 SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS	59
REFERÊNCIAS	60
ANEXOS	63

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresentam-se as considerações iniciais, tema e problema da pesquisa, objetivos, justificativa do estudo, metodologia, estrutura e descrição dos capítulos e limitação do estudo.

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As constantes mudanças climáticas, o aquecimento global, a escassez da água e a degradação ambiental têm deixado o tema meio ambiente cada vez mais em evidência. A preservação ambiental tem sido constantemente colocada em debate, deixando a sociedade cada vez mais alerta.

Para a população, aumentam as cobranças relacionadas a necessidade de reciclar, reaproveitar, minimizar consumo, selecionar produtos e, para o governo, a precaução na liberação de licenças, sancionar normas e leis para proteger os meios bióticos e físicos do planeta. Já para as empresas em geral, as exigências relacionam-se à redução de impactos gerados pelo processo produtivo que colocam em risco o futuro das espécies e do planeta.

Assim, as empresas buscam mais alternativas para minimizar impactos para os recursos naturais. Há determinados clientes que consideram a preocupação da empresa com o meio ambiente no momento de fazerem a aquisição do produto.

A preocupação das empresas com o meio ambiente está ligada a dois fatores representativos: a sua imagem externa e o valor agregado as suas ações no mercado, já que acionistas conscientes preferem investir em empresas lucrativas e ambientalmente responsáveis.

Essa preocupação com a imagem positiva que a empresa busca passar também reflete nas informações por ela divulgadas, principalmente no que diz respeito aos métodos não poluentes empregados para a preservação do meio ambiente. Neste caso, a contabilidade tem papel fundamental na divulgação das informações e no detalhamento suficiente que possibilite inferência dos impactos desses gastos no desempenho futuro da empresa.

O conjunto de iniciativas necessárias a uma empresa que evidenciem as suas obrigações ambientais, sejam elas cobradas formal ou informalmente devem ser reconhecidas em termos contábeis, desde que se possa prevê-los e mensurá-los.

Os investimentos ambientais são considerados na contabilidade como ativos ambientais que representam as medidas preventivas adotadas pela empresa e suas ações

relacionadas ao bem estar social como um todo. Independente do segmento que atuam, é necessário conhecer como as empresas estão evidenciando os seus investimentos ambientais nos relatórios.

Por meio da evidenciação dos ativos ambientais pelas empresas, os acionistas e a sociedade podem ter conhecimento das atitudes tomadas pela empresa em relação a gestão ambiental. Esta evidenciação torna a empresa mais transparente perante o governo, à sociedade e os acionistas.

1.2 TEMA E PROBLEMA DA PESQUISA

A Revolução Industrial ocorreu na metade do século XIX e foi uma das mais radicais transformações registrada na história da humanidade. Uma das principais consequências da revolução industrial foi o rápido crescimento econômico.

Em decorrência desse crescimento desenfreado, criou-se uma demanda sem precedentes, que o desenvolvimento tecnológico foi tentando satisfazer ao longo de décadas. Para atender essa demanda desenfreada, os industriais pensavam apenas em aumentar a produção e obter mais lucros, sem se preocupar com a reposição dos recursos naturais. Hoje percebe-se os efeitos desse crescimento desenfreado.

Ao passar dos anos os estudiosos descobriram que os recursos naturais podem chegar ao fim, que as florestas, os animais, os rios, os mares não suportariam tanta agressão. Boff (1999) afirma que o nosso planeta terra merece um cuidado todo especial. Afinal, tem-se somente ele para viver e morar.

Infelizmente essa preocupação com a degradação ambiental só se tornou objeto de estudo e atenção quando os níveis de poluição atingiram proporções desastrosas.

Atualmente, existe uma crescente preocupação com a qualidade de vida, e em virtude disso as empresas vêm buscando minimizar ou compensar os impactos ambientais que foram e são causados as pessoas e ao meio ambiente.

Não são apenas as preocupações com a degradação ambiental que levam os empresários a tentar minimizar os impactos ambientais. Segundo Ferreira (2006, p.35):

há de se convir que o empresariado pode ser levado a adotar programas antipoluição, através de medidas compulsórias elaborados pelo governo. Entretanto, além disso, existem questões mercadológicas a serem consideradas, pois o mercado consumidor tem-se tornado mais consciente a respeito das questões ambientais, aumentando a procura por produtos não poluentes, mesmo que em determinado caso seja preciso pagar a mais por isso. Outro aspecto é o de que alguns países podem adotar medidas restritivas para a entrada de produtos cujos processos de elaboração ou consumo sejam responsáveis por algum tipo de poluição

Levando em consideração todos esses aspectos a contabilidade não poderia deixar de envolver-se nesses questionamentos. Considera-se que um dos principais objetivos da contabilidade é fornecer informações para a tomada de decisão, além de ser responsável pelo controle e mensuração do patrimônio, é natural que a ciência contábil busque meios para evidenciar como o patrimônio das entidades é afetado por impactos ambientais.

A contabilidade ambiental surge como uma especialização da ciência contábil, pois atende as necessidades de maior transparência nas ações sociais e ambientais. Fornece aos usuários, informações que afetam a situação financeira, social e ambiental.

As empresas que têm ações negociadas na bolsa de valores são fiscalizadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, com isso supõe-se que as informações disponibilizadas por essas empresas representam a melhor prática de evidenciação do mercado.

Em função disso, o tema e o problema proposto por essa pesquisa é o nível de investimentos ambientais, através de um estudo de caso em uma empresa catarinense do ramo de prestação de serviços de energia elétrica.

Para tanto, pretende-se responder ao seguinte problema de pesquisa:

Qual o nível de investimentos ambientais efetuados por uma empresa catarinense geradora e distribuidora de energia elétrica?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa é identificar o nível de investimentos ambientais efetuados pela empresa catarinense geradora e distribuidora de energia elétrica, Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A – CELESC.

1.3.2 Objetivos específicos

Para atingir o objetivo geral foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- apresentar o perfil e o histórico da empresa pesquisada;
- identificar os tipos de investimentos ambientais na empresa objeto de estudo;
- comparar o nível de investimentos ambientais da empresa objeto de estudo com empresas do mesmo ramo de atividade.

1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

As empresas sofrem pressões de cunho local, nacional e mesmo internacionais que exigem cada vez mais que elas assumam suas responsabilidades ambientais. Porém, a importância não reside apenas em a empresa se mostrar ecologicamente consciente. É preciso que as empresas evidenciem, em suas Demonstrações Contábeis, as informações referentes ao meio ambiente, como investimentos na redução dos níveis de poluição, assim como o impacto ambiental que elas vêm causando ao meio ambiente.

As empresas têm que assumir suas responsabilidades ambientais, porém o governo e a sociedade também devem estar atentos a essa questão, já que a degradação ambiental afeta a todos não distinguindo classe social, nível de conhecimento, raça ou qualquer outros desses critérios que nossa sociedade está acostumada a utilizar. Todos são passíveis às consequências do aquecimento global, da destruição progressiva da camada de ozônio, da poluição e todos os outros problemas relacionados a degradação ambiental.

A sociedade pode colaborar, como por exemplo, reciclar, utilizar os recursos naturais de forma inteligente, evitar o consumo de produtos de empresas que não tenham consciência

ambiental. Enquanto ao governo cabe a função de conscientizar a sociedade e também empresários da importância da preservação ambiental e ainda aplicar uma fiscalização mais exigente sobre as empresas e, até quem sabe, exigir que elas evidenciem em suas demonstrações os resultados das suas gestões ambientais.

A transparência dos dados ambientais pode ser usada para diversas finalidades, podem atender tanto aos interesses dos empresários, quanto aos investidores, e ainda indiretamente podem ser utilizados como uma prestação de contas das empresas para com a sociedade demonstrando como o meio ambiente (ar, água, solo, subsolo, fauna, flora e paisagem) é afetado pela gestão ambiental de determinada empresa.

Segundo Ferreira (2006, p.109):

todos os eventos econômicos ou fatos contábeis relativos a ações realizadas pela entidade que, por consequência, causem impacto no meio ambiente, devem ser reconhecidos e registrados pelo sistema contábil. Por tanto, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e demais informes, as Notas Explicativas e, quando houver, o Balanço Social e a Demonstração de Valor Adicionado são as peças contábeis adequadas para evidenciar como essa questão está sendo tratada pela organização.

Neste estudo procura-se verificar de que forma a empresa objeto de estudo analisa o nível de seus investimentos ambientais, através dos relatórios divulgados.

1.5 METODOLOGIA DA PESQUISA

A monografia é uma das formas de expressar o conhecimento científico, que é um método científico e lógico que pressupõem a existência de verdades gerais já afirmadas e que sirvam de base para alcançar conhecimentos novos.

De acordo com Marcantonio, Santos e Lehfel'd (1993, apud LONGARAY e BEUREN, 2003, p.40) “a característica essencial da monografia é a forma de estudo de um tema delimitado, uma atualidade e originalidade acompanhada de contribuição importante para ampliar o conhecimento científico”.

Metodologia é o estudo dos métodos, sendo também considerada uma forma de conduzir uma pesquisa. A metodologia é necessária para descrever os procedimentos e o caminho que a pesquisa deve seguir.

Lakatos (1991, p.44) afirma que:

a pesquisa pode ser considerada um procedimento formal método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer [...]. É um procedimento reflexivo e sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou lei, em qualquer campo do conhecimento.

Para atingir o objetivo proposto será adotada a divisão sugerida por Raupp e Beuren (2003, p.79):

considerando as particularidades da Contabilidade, diante do exposto, optou-se por focar tipologias de delineamentos de pesquisas, que se acredita serem mais aplicáveis a esta área do conhecimento, agrupadas em três categorias: pesquisa quanto aos objetivos: que contempla pesquisa exploratória, descritiva e explicativa; pesquisa quanto aos procedimentos, que aborda o estudo de caso, o levantamento, a pesquisa bibliográfica, documental, participante e experimental; e a pesquisa quanto à abordagem do problema, que compreende a pesquisa qualitativa e a quantitativa.

O método científico reúne um conjunto de técnicas e instrumentos utilizados para o incremento de um determinado estudo, e tem como objetivo dar auxílio ao pesquisador nas atividades pertencente à realização da pesquisa, demonstrando de maneira clara e objetiva todas as suas fases e sistematizando a maneira com que o pesquisador percebe e descreve o objeto de análise.

1.5.1 Tipos de pesquisa

Quanto ao tipo de metodologia de pesquisa, pode-se classificá-la como uma pesquisa descritiva que de acordo com Gil (1999 apud RAUPP e BEUREN, 2003, p.81):

a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relação entre as variáveis. Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados.

Na pesquisa descritiva, o autor não interfere nos dados analisados, apenas coleta, analisa e os interpreta de maneira imparcial, sem manipulações. De acordo com a abordagem feita por Marion, Dias e Traldi (2002, p. 62), pode-se classificar esta pesquisa como sendo uma pesquisa descritiva.

O estudo de caso é caracterizado por uma análise específica, com o objetivo de aprofundar o conhecimento em um determinado caso em particular. Marion, Dias e Traldi (2002, p. 62) descrevem o estudo como:

[...] fenômeno contemporâneo que esteja ocorrendo na vida real, para descrever a totalidade do contexto onde se dão as relações, privilegiando o processo em detrimento dos resultados, na tentativa de captar a evolução do evento, do projeto ou do programa estudado. O estudo de caso é indicado quando se deseja retratar o dinamismo de uma situação numa forma muito próxima de como ela acontece na realidade e quando se está interessado no que e como está ocorrendo o fenômeno.

Quanto a abordagem do problema a tipologia utilizada é a pesquisa qualitativa e quantitativa. Richardson (1999, p.80) destaca que:

os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexibilidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos e possibilitar, em maior profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Ainda de acordo com Richardson (1999, p.79) “a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”.

A abordagem quantitativa é utilizada com frequência nas pesquisas descritivas, que buscam classificar a relação entre as variáveis e a relação de causalidade entre fenômenos.

Richardson (1999, p.70) conceitua:

a abordagem quantitativa, como o próprio nome indica, caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc. Representa, em princípio, a intenção de garantir a precisão dos resultados evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando, conseqüentemente, uma margem de segurança quanto às inferências.

Raupp e Beuren (2003, p.92) descrevem que:

a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados. Esse procedimento não é tão profundo na busca do conhecimento da realidade dos fenômenos um vez que se preocupa com o comportamento geral dos acontecimentos

Na presente pesquisa a abordagem quantitativa baseia-se por meio de estudos percentuais levantados através de análise de demonstrações como o Balanço Social, do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício.

Com relação a pesquisa qualitativa é realizada através do levantamento de dados dos Relatórios de Administração da empresa selecionada.

Sendo assim, a pesquisa qualitativa neste trabalho consiste em relacionar os tipos de investimentos feitos na área ambiental, enquanto a quantitativa mostra o quanto esse

investimento representa para a empresa, atendendo aos objetivos específicos propostos na pesquisa.

No que se refere aos procedimentos caracteriza-se como um estudo de caso, onde é analisada uma situação real na empresa catarinense, Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC, empresa pela qual foi escolhida por ser uma empresa catarinense e também pelo fato de já ter estagiado por um período de 2 anos e conhecer a empresa.

O estudo referencia um levantamento de como se encontra o nível de investimentos ambientais da empresa indicada no objetivo, utiliza como fontes de pesquisa demonstrações contábeis disponibilizadas no Relatório da Administração e nas Notas Explicativas.

1.5.2 Instrumentos de coleta e análise dos dados

Os instrumentos de coleta de dados utilizados na pesquisa são de fontes primárias, através dos relatórios anuais da CELESC de 2005 e 2006 e informações colhidas através dos endereços eletrônicos da empresa objeto de estudo e das demais empresas utilizadas para comparação dos dados.

Segundo Marconi e Lakatos (2002, apud COLAUTO e BEUREN, 2003, p.134) “ a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”.

No tocante à comparação do nível de investimentos ambientais da empresa objeto de estudo com empresas do mesmo ramo, pesquisou-se a relação das empresas do setor elétrico brasileiro que negociam suas ações na BOVESPA.

As empresas do setor elétrico que negociam suas ações perfazem um total de 47 empresas. Deste total, buscou-se analisar as empresas que publicam o Balanço Social. Do total de empresas que negociam ações, 13 empresas publicaram o Balanço Social, incluindo a CELESC. Portanto, para fins de comparação, considera-se como amostra as empresas do setor elétrico brasileiro que negociam suas ações na BOVESPA cujo o acesso aos Balanços Sociais de 2005 e 2006 foi possível.

Fizeram parte da amostra as seguintes empresas: AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S/A, AMPLA Energia e Serviços S/A, Bandeirante Energia S/A, CELG Distribuição S/A, CEMIG Distribuição S/A, Centrais Elétricas do Pará S/A, Centrais Elétricas Matogrossenses S/A, CPFL Energia S/A, LIGHT S/A, Rio Grande Energia S/A, Termoperanbuco S/A, Tractebel Energia S/A.

Os tipos de análise de dados utilizados neste trabalho são a descritiva e a de conteúdo. A análise de conteúdo pode ser utilizada tanto para estudos com abordagens quantitativas como também qualitativas, esse tipo de análise está relacionado com os objetivos do estudo e para aplicar a análise de conteúdo é necessário ter conhecimento do assunto abordado para melhor evidenciar a análise dos dados coletados.

De acordo com Triviños (1987, apud COLAUTO e BEUREN, 2003, p.137) a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas, e se o pesquisador não tem clareza desse aspecto, o processo de inferência será muito difícil ou até mesmo impossível. Isso ocorre porque a classificação dos conceitos, a codificação e a categorização dos mesmos são procedimentos indispensáveis na utilização da análise de conteúdo.

A análise descritiva é empregada em estudos que envolvem dados quantitativos, seu objetivo está relacionado com a descoberta das características de um fenômeno.

Conforme Contandriopoulos et al. (1994, apud COLAUTO e BEUREN, 2003, p.139) a análise descritiva dos dados é utilizada para relatar comportamento de uma variável em uma população ou no interior de uma subpopulação, utilizando para a análise dos dados os instrumentos disponibilizados pela estatística.

Este tipo de análise pode ser aplicada em estudos que objetivam identificar a relação entre variáveis, bem como procurar a relação entre fenômenos.

1.6 LIMITAÇÃO DO ESTUDO

É importante ressaltar que o presente estudo limita-se em certos aspectos. Por falta de maior transparência dos dados, talvez pela não obrigatoriedade de contabilização e evidenciação, não é possível avaliar no Balanço Patrimonial a representatividade entre contas ambientais com relação ao total do ativo e passivo.

Na Demonstração de Resultado do exercício também não é possível a identificação dos custos ambientais e a sua incorporação no custo do produto ou como despesa operacional, assim limita-se as informações contidas nesta demonstração.

Este estudo utiliza como base documentos confeccionados pela empresa pesquisada, podendo estes não evidenciar dados que podem ter importância para a pesquisa, também ficando limitado a este quesito.

1.7 ESTRUTURA DO TRABALHO

A presente monografia é estruturada em quatro capítulos, para uma melhor organização dos assuntos abordados.

O primeiro capítulo é a introdução, onde se apresenta a importância da consciência ambiental por partes das empresas, sociedade e governo. Também foram evidenciados o tema e problema, os objetivos (geral e específico), a justificativa, a metodologia utilizada, a limitação da pesquisa e a própria estrutura do trabalho.

No segundo capítulo apresenta-se a fundamentação teórica, trazendo um breve histórico sobre a contabilidade e uma revisão sobre a contabilidade social e ambiental.

No terceiro capítulo, tem-se o estudo de caso, iniciando com um breve histórico da empresa pesquisada, passando a análise dos dados, assim como as interpretações referentes aos dados coletados durante a pesquisa.

Por fim, apresentam-se as conclusões e sugestões para futuros trabalhos. Seguem-se as referências consultadas, que servem de base para a elaboração do estudo monográfico e os anexos referentes às empresas em questão.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O crescimento da preocupação ambiental por parte da sociedade, poder público e mercado, tem levado várias empresas a assumir suas responsabilidades ambientais. A procura pela qualidade ambiental incentiva ao progresso de inovações tecnológicas, as quais podem resultar na eficácia das atividades produtivas, com redução de custos e agregação de valor ao produto, conseqüentemente eleva a competitividade entre as empresas.

Desta forma, a seguir apresenta-se a fundamentação teórica da pesquisa. Sendo apresentado um breve histórico sobre a contabilidade, aspectos gerais sobre a contabilidade social e conceitos da contabilidade ambiental dando ênfase ao investimento ambiental.

2.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A CONTABILIDADE

A contabilidade surgiu através da necessidade do homem de avaliar suas riquezas, avaliar acréscimos ou decréscimos dessas riquezas. Alguns teóricos afirmam que a contabilidade existe desde 4.000 antes de Cristo.

Diante desta afirmação surge uma grande dúvida: como o homem poderia utilizar a contabilidade 4000 a.C., se não existiam números, escrita e moeda? Segundo Iudícibus e Marion (2002, p. 30):

na monotonia do inverno entre os balidos ininterruptos das ovelhas, o homem tem uma idéia. Havendo um pequeno de pedrinhas ao seu lado, o homem separa uma pedrinha para cada cabeça de ovelha, executando assim o que o contabilista chamaria hoje de inventário. Após o termino dessa missão o homem separa o conjunto de pedrinhas, guardando-as com muito cuidado, pois o conjunto representa a sua riqueza num determinado momento.

A Contabilidade é uma ciência que existe desde os primórdios da civilização humana com as diversas maneiras de registro do patrimônio. Não se sabe quem inventou a contabilidade, porém os sistemas de escrituração por partidas dobradas começaram a surgir nos séculos XIII e XIV em diversos centros de comércio no norte da Itália. Sua evolução acompanha o desenvolvimento da humanidade que com os avanços tecnológicos tende a aumentar as necessidades de informações relacionadas às entidades e a melhor maneira de gerir suas riquezas.

Segundo Marion (1985, p. 20) “a Contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa”.

O conceito acima deixa claro que o importante papel da contabilidade é fornecer aos seus usuários dados que sejam confiáveis e auxiliem de maneira competente o processo de gestão da empresa e o controle do patrimônio da mesma.

De acordo com Padoveze (1996, p.41) :

Não há dúvidas de que a Contabilidade é uma ciência, porque:

- a) tem objeto de estudo próprio, que é o Patrimônio e os eventos econômicos que alteram este Patrimônio;
- b) utiliza-se de método racional, que é o método das partidas dobradas;
- c) estabelece relação entre os elementos patrimoniais, válidas em todos os espaços e tempos, ou seja, é um ramo de conhecimento universal e permanente;
- d) apresenta-se em constante evolução;
- e) o conhecimento contábil é regido por leis, normas e princípios, ou seja, tem um corpo de teorias e princípios contábeis;
- f) seus estudos têm o caráter de generalidade, ou seja, os mesmos eventos econômicos reproduzidos nas mesmas condições provocam os mesmos efeitos;
- g) tem o caráter preditivo, isto é, os modelos contábeis permitem a construção de modelos de decisão para eventos futuros;
- h) tem o caráter de certeza na afirmação de seus enunciados, isto é, suas aplicações podem ser comprovadas por evidências posteriores;
- i) está relacionada com os demais ramos do conhecimento científico, pois se utiliza de instrumentos das ciências matemáticas, filosofia, economia, psicologia, administração, direito, etc.

Assim, percebe-se que a contabilidade é uma ciência social e que seu objeto é o patrimônio das entidades. Um dos objetivos da contabilidade é prestar informações relevantes aos seus usuários.

Atualmente, a contabilidade não está relacionada apenas com as mutações do patrimônio, mas também com o que estas podem intervir no bem estar social, pois as empresas estão cada vez mais interessadas em evidenciar questões de responsabilidade social.

Luca (1998, p.21) descreve que:

a Contabilidade, numa visão social, está vinculada à responsabilidade social da empresa. Assim, numa abordagem social, o objetivo da contabilidade é fornecer informações para permitir aos seus usuários uma avaliação dos efeitos das atividades da empresa sobre a sociedade onde está inserida.

A contabilidade é um instrumento que auxilia o administrador na tomada de decisão, o investidor na hora de decidir sobre a compra ou venda de ações, os fornecedores que usam os relatórios contábeis para analisar a capacidade de pagamento, os bancos que utilizam estes relatórios para aprovar empréstimos, entre outros.

Sendo assim, percebe-se o desenvolvimento da ciência contábil para conseguir acompanhar as modificações estabelecidas por seus usuários no cumprimento de seu objetivo em fornecer informações apropriadas às decisões dos gestores.

2.2 CONTABILIDADE SOCIAL

A contabilidade está inserida no ramo das ciências sociais e tem como objeto o patrimônio das entidades, para fornecer informações econômicas financeiras e sociais.

De acordo com Rossetti (1992, p.36) “a experiência brasileira no campo da Contabilidade Social, a exemplo do que ocorreu em outros países, originou-se com alguns trabalhos individuais, elaborados para fins específicos em bases não contínuas”.

A Contabilidade Social demonstra informações específicas e de natureza social tratando de uma ótica diferente da natureza econômica, contabilizando o que as empresas agregam ao ambiente.

Alguns fatores como o fortalecimento dos movimentos sociais, a globalização, a mudança de postura das pessoas com relação aos problemas sociais, influenciaram no desenvolvimento da Responsabilidade Social.

A Responsabilidade Social considera não apenas as atitudes de caridade das empresas, mas também a situação macroeconômica, com prioridade nos direitos humanos, sociais, econômicos e culturais.

Conforme Rossetti (1992, p.18) a Contabilidade Social de um modo geral é:

uma técnica, similar às dos sistemas convencionais de contabilidade, que se propõe a apresentar uma síntese de informações, cifradas em unidades monetárias, sobre os vários tipos de transações econômicas que se verificaram, em determinado período de tempo, entre os diversos setores e agentes do sistema econômico de um país.

Com o decorrer dos anos aconteceram fatos que fizeram com que alguns administradores de empresas modificassem suas atitudes perante a responsabilidade social.

Nesta perspectiva, Taylor (1980, p.25) afirma que:

o bom empresário está acostumado a transitar com segurança pelos caminhos da produção, das estratégias do Marketing, dos problemas financeiros, inclusive das relações de trabalho. Os empresários de escola, licenciados ou doutorados em administração de empresas, tiveram oportunidades de estudar a fundo os múltiplos recursos de uma boa gestão gerencial. Porém o aparecimento da gestão social como um elemento a mais entre os fundamentais a uma boa gerência originou diversos problemas. Ela faz perigar essa segurança, típico do homem acostumado a avaliar e a tomar rápidas e seguras decisões. Porque a gestão é justamente um elemento novo, sobre o qual não há muita experiência e, menos ainda, conhecimentos formativos sistemáticos.

A Contabilidade Social não só pretende medir resultados na área financeira, mas também o impacto das empresas na sociedade. Dessa forma, o modelo tradicional de empresa com o único objetivo de alcançar lucros exorbitantes, já não satisfaz. Hoje existe a

necessidade de a empresa obter uma gestão participativa, envolvente e comprometida com todas as áreas que formam o sistema social e organizacional.

Cada vez mais a sociedade exige das empresas responsabilidade, transparência, procedimentos adequados e principalmente respostas aos problemas socioeconômicos proveniente do desenvolvimento das empresas. É através da Contabilidade Social que se consegue mensurar todos os investimentos e impactos feitos pelas empresas e que refletem no bem estar da sociedade.

2.2.1 Responsabilidade social

A responsabilidade social dar a entender um sentido de compromisso para com a sociedade, assume das mais variadas formas, entre as quais se incluem questões relacionadas ao meio ambiente, serviços sociais, projetos filantrópicos e educacionais, projetos para o bem estar social da comunidade, oportunidades de emprego, tudo de acordo com o interesse da população.

Segundo Pereira (2003, p.20) “Responsabilidade social é uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torne parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social.”

Entre as inúmeras possibilidades de informação social, podem-se citar como exemplos: a quantidade de empregados, a qualificação, o tempo de permanência na empresa, a faixa etária; o valor despedido pelas empresas em salários, encargos sociais e outros benefícios; o valor adicionado gerado, bem como sua distribuição; informações relacionadas ao meio ambiente, nas quais se destacam as atitudes da empresa para preservação da fauna, flora e os direitos humanos.

No Brasil, de acordo com o Decreto-Lei nº 76.900 de 23 de dezembro de 1975, passa a ser obrigatório a publicação da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais). Essa relação divulga informações relacionadas aos recursos humanos e é destinada ao Ministério do Trabalho, sendo obrigatória a sua apresentação para todas as empresas, independentemente de qualquer fator. De acordo com o Ministério do Trabalho, a RAIS tem por objetivos, o controle da atividade trabalhista no País, a geração de dados com vistas á elaboração de estatísticas do trabalho, bem como informar as atividades governamentais sobre o mercado de trabalho. Ainda, a pessoa responsável pelo seu preenchimento deve relacionar todos os vínculos havidos ou em curso no ano base. A RAIS é o primeiro tipo de relatório que aborda aspectos

sociais no Brasil, e pode ser considerado, em comparação com o Balanço Social, como um informativo primitivo, pois traz somente informações referentes aos funcionários da empresa, servindo então como um instrumento para assuntos trabalhistas do país (<http://www.mte.gov.br>).

Tinoco e Kraemer (2004) descrevem que como nos últimos anos a degradação ambiental aumentou com grande velocidade, as empresas incluíram em seus propósitos de aquisição de lucros a responsabilidade social, sendo que a continuidade da empresa em geral e a sua relação com a responsabilidade social compreende o bem-estar da sociedade em sua integridade.

Ao longo dos anos ocorreram fatos e mudanças nos valores da sociedade, mudanças essas que incluem a responsabilidade de ajudar a sociedade a resolver alguns de seus problemas sociais, muitos dos quais as empresas ajudaram a criar.

Deste modo, passa a existir um maior enfoque em relação às atividades relacionadas ao bem estar social sendo que, segundo o Instituto Ethos (www.ethos.org.br):

responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Diante disto percebe-se que não se pode mais ignorar os assuntos relativos ao bem estar social. As atividades das empresas devem estar interligadas não apenas com a maximização do lucro, mas também envolvida e comprometida com o desenvolvimento da sociedade.

De acordo com Tinoco (2001, p.116) a responsabilidade social corporativa:

[...] não está situada apenas no âmbito da caridade ou da filantropia tradicionalmente praticada pela iniciativa privada. Seu conceito está muito mais próximo das estratégias de sustentabilidade de longo prazo das empresas que, em sua lógica de *performance* e lucros, passam a incluir a necessária preocupação com os efeitos das atividades desenvolvidas e o objetivo de proporcionar bem-estar para a sociedade.

Braga (1997, p.6 apud KROETZ, 2000, p.32) complementa dizendo que “O envolvimento das empresas com questões ambientais e sociais, com saúde, educação e segurança, não é filantropia nem relações públicas, mas uma exigência para manter-se a competitividade no longo prazo”.

De acordo com Luca (1998), as empresas, devem possuir além da função econômica, possuir também uma função social, ou seja, ela fornece produtos e serviços, com o objetivo de

obter lucro; em compensação, ela deve oferecer o bem-estar social, porque a sociedade na qual a organização está inserida exige uma postura social de sua parte.

Nota-se que através do contexto de problemas sociais que aumentam com o decorrer dos anos, tem ocorrido uma ampliação de exigências a partir da sociedade através de movimentos sociais, resultando em novas leis, que de certa forma influenciam nas transformações que afetam o ambiente social e político em que a empresa atua.

Segundo Donaire (1999, p.22):

uma empresa que é vista como socialmente responsável possui vantagem estratégica em relação àquela que não tem essa imagem perante o público. As organizações devem colaborar para a solução das questões sociais, não só porque podem ter contribuído para o seu surgimento, mas também porque dispõe de talento gerencial, especializações técnicas e disponibilidade de recursos e de materiais que poderão ser extremamente úteis no melhor equacionamento de tais problemas.

O compromisso das empresas com o bem estar social pode transformar-se em uma oportunidade de negócios. A necessidade das organizações em resolver questões relacionadas ao meio ambiente tem feito com que elas reavaliem o seu processo produtivo, investimento em máquinas, equipamentos e instalações com intenção de minimizar os impactos causados ao meio ambiente através da obtenção de tecnologia avançada, limpa, com reaproveitamento dos resíduos, reduzindo os níveis de poluição e propiciando economias elevadas.

Assim, as atitudes empresariais tornam-se cada vez mais visíveis em benefício do bem estar social e do meio ambiente, buscando sua sobrevivência diante às mudanças ocorridas.

2.2.2 Balanço Social

O Balanço Social é uma ferramenta que serve para divulgar e suprir as necessidades de informações relacionadas às questões sociais e ambientais. A empresa que demonstra com transparência e dignidade suas ações relacionadas a responsabilidade social conquista uma imagem positiva no mercado.

De acordo com Silva (2004, p.22) “o Balanço Social tem como objetivo desenvolver a comunicação entre as relações internas e externas, divulgando o conjunto de ações sociais praticadas dentro da empresa e na sociedade na qual está inserida”.

A partir da década de 60, no Brasil, a influência do balanço social surge através de entidades cristãs, onde em São Paulo formou-se a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas. Em 1965, é aprovada e publicada a Carta de Princípios do Dirigente Cristão de

Empresa, contudo somente na década de 70 encontram-se referências a respeito do balanço social. Nos anos 80 é formado um modelo de balanço social através da Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial Social, entretanto somente na década de 90 que o cenário da demonstração da responsabilidade social nas empresas se altera.

O Balanço Social só é influente quando em 1996, o sociólogo Herbert de Souza (Betinho, 1935-1997) em parceria com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) inicia um grande trabalho para a divulgação voluntária do Balanço Social. Betinho promove várias campanhas para chamar a atenção dos empresários e de toda a sociedade, para a relevância do balanço social nas empresas.

Ribeiro (1999 apud SANTOS, 2000) descreve que o Balanço Social é uma ferramenta de informação que a empresa tem para demonstrar e provar a sociedade que o seu custo-benefício é bom, porque tem consideração pelos seus empregados e também porque desenvolve suas atividades sem agredir o meio ambiente .

O sucesso e a continuidade das atividades da empresa dependem de muitas pessoas, como os colaboradores, acionistas, clientes, enfim, da sociedade em geral, por isso o correto é informar à sociedade suas ações sociais, explicitando sua atuação no que diz respeito ao meio ambiente e direitos humanos.

Silva e Freire (2001, p.124) descrevem que: “Balanço Social é um documento publicado anualmente, reunindo um conjunto de informações sobre atividades desenvolvidas por um empresa, em promoção humana e social, dirigidas a seus empregados e à comunidade na qual está inserida.”

Essas informações comprometem a responsabilidade da empresa em divulgar com transparência e exatidão os dados de suas atividades, da forma com que a sociedade na qual ela se relaciona possa compreendê-la e, se entenderem oportuno, criticá-la.

Segundo Cunha e Perottoni (1998) o BS é um instrumento de informação e gerenciamento da empresa e tem como uma das funções evidenciar os dados sociais, econômicos e financeiros para a sociedade, proporcionando uma visão da contribuição social e econômica da empresa em seu ambiente de atuação.

O Balanço Social desenvolve a comunicação entre a empresa e seus usuários internos e externos, divulga o conjunto de ações sociais praticadas em seu ambiente interno e também e na sociedade na qual está inserida, deve conter dados econômicos, financeiros e sociais relacionados a preservação e controle do meio ambiente, seus colaboradores e políticas externas.

Para Kroetz (2000, p.15) o Balanço social tem como objetivo:

[...] divulgar as informações sociais e ecológicas, destinadas aos mais diversos usuários da contabilidade (internos e externos), que refletem os impactos de algumas das mutações patrimoniais das entidades na sociedade e no meio ambiente. Ele é um instrumento gerencial que supre uma exigência social, no qual são encontrados dados que auxiliam o planejamento, o controle, a análise, a avaliação e a conseqüente tomada de decisão nas mais diversas esferas empresariais e governamentais.

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE (www.ibase.br) descreve que:

o balanço social é um demonstrativo publicado anualmente pela empresa reunindo um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. É também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa.

Uma das funções do BS é demonstrar as atitudes da empresa com relação ao bem estar social, e também divulgar os dados e informações com transparência e confiabilidade para os seus usuários suas ações perante a sociedade. Estas ações compreendem benefícios tanto internos como externos realizados pela empresa.

Segundo Kroetz (2000) o Balanço Social contribui para a qualidade dos negócios da empresa por ser uma demonstração que divulga os investimentos e as influências da empresa com relação ao ambiente externo e é também uma ferramenta gerencial que apresenta alguns indicadores e parâmetros, capazes de intervir no progresso do planejamento da empresa, em todos os seus níveis.

É através do Balanço Social que se registra monetariamente o quanto à empresa investe na sociedade e também pode-se confrontar a importância das ações sociais envolvidas.

De acordo com Tinoco (2001, p.20) o Balanço Social funciona “como um instrumento de gestão e informação que visa reportar, da forma mais transparente possível, com evidenciação de informações econômicas das entidades, aos mais diferentes usuários da informação, dentre estes usuários os trabalhadores”.

Segundo Kroetz (2001, p. 53) o Balanço Social:

representa a demonstração dos recursos e das mutações (favoráveis e desfavoráveis) recebidas e transmitidas pelas entidades na promoção humana, social e ecológica. Os efeitos dessa inteiração dirigem-se aos gestores, aos empregados e à comunidade.

O autor acima destaca que o Balanço Social demonstra todos os recursos e modificações da empresa referentes as ações sociais, informações tanto favoráveis quanto desfavoráveis que são transmitidas a todos os usuários. É importante destacar também que

investir no bem estar social deixou de ser responsabilidade somente do governo, atualmente as empresas assumem também esse papel, conseqüentemente contribuem para o progresso da qualidade de vida da sociedade.

Hoje, num contexto geral, os Balanços Sociais apresentados demonstram-se incompletos, possuem pouca padronização e transparência e ainda parecem demonstrar um viés como instrumento de marketing (SIQUEIRA e VIDAL, 2002) .

Isto faz com que o referido demonstrativo não seja tão destacado como os demais com relação a sua finalidade, que é apresentar informações qualitativas e quantitativas sobre a posição da empresa diante a sociedade e o meio ambiente.

Kroetz (2000, p.108) afirma que:

diversas metodologias foram desenvolvidas para o Balanço Social. Algumas tornaram-se lei (exemplo: Portugal e França); outras são originárias da criatividade das pessoas que atuam na entidade. Entre essas, algumas atendem, satisfatoriamente, às necessidades; outras servem somente como instrumento de marketing.

No Brasil não existe um modelo padrão de Balanço Social, porém existem sites que sugerem alguns modelos como o do Instituto Ethos e também o do Instituto Brasileiro de Análises Sociais (IBASE), que relaciona os investimentos em responsabilidade social aos lucros da empresa e alguns dados qualitativos.

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social foi fundado em 1998 e é uma associação sem fins lucrativos, destinada a fomentar o desenvolvimento da cidadania empresarial, sensibilizando e mobilizando esta classe, numa perspectiva local e global, a fim de assumir a promoção do desenvolvimento econômico com responsabilidade social. (www.ethos.org.br)

Abaixo segue o Quadro 1 que demonstra um modelo de Balanço Social do Instituto Ethos que pode ser adotado pelas empresas:

Apresentação
01 Mensagem do Presidente
02 Perfil do Empreendimento
03 Setor da Economia
Parte I – A Empresa
04 Histórico
05 Princípios e Valores
06 Estrutura e Funcionamento
07 Governança Corporativa
Parte II – O Negócio
08 Visão
09 Diálogo com Partes Interessadas
10 Indicadores de Desempenho
10.1 Indicadores de Desempenho Econômico
10.2 Indicadores de Desempenho Social
10.3 Indicadores de Desempenho Ambiental
Anexos
11 Demonstrativo do Balanço Social (modelo IBASE)
12 Iniciativas do Interesse da Sociedade (Projetos Sociais)
13 Notas Gerais

Quadro 1 - Modelo de Balanço Social apresentado pelo Instituto Ethos

Fonte: www.ethos.com.br

De acordo com o Instituto Ethos o preenchimento da estrutura do relatório, devem constar os seguintes itens:

- 1 – Mensagem do Presidente: deve informar a perspectiva de que resultou o processo no relatório, sendo necessário, além disso, introduzir os principais aspectos do documento. Recomenda-se incluir pontos altos a serem atingidos; objetivos econômicos, sociais e ecológicos a que a empresa se propõe, reconhecimento de sucessos e insucessos obtidos ao longo do processo;
- 2 – Perfil do Empreendimento: apresenta uma visão geral da empresa que permita uma melhor abrangência das partes, apresentadas no decorrer do relatório;
- 3 – Setor da Economia: constitui uma breve apresentação do setor da economia em que a empresa atua e questões relacionadas à necessidade social específica do setor;

- 4 – Histórico: descreve um breve relato das etapas que a empresa percorreu, desde seu surgimento;
- 5 – Princípios e Valores: Introduz os princípios e valores relacionadas à tomada de decisão; e também apresenta seu código de conduta e a estratégia de ação que a organização pretende estabelecer. Podem ser citados, neste campo, as principais ações sociais, instituições beneficiadas, iniciativas voluntárias, entre outras ações;
- 6 – Estrutura e Funcionamento: demonstra as principais informações relacionadas e como a empresa executa suas atividades e os aspectos mais significativos dos sistemas de gestão;
- 7 – Governança Corporativa: apresenta seu sistema de administração, principalmente dos conselheiros, os critérios de seleção, o tempo de mandato, a missão e as principais atribuições do conselho;
- 8 – Visão: apresenta a visão de futuro que a empresa possui, o desenvolvimento de suas atividades relacionadas com a ordem ética, social, ambiental e econômica;
- 9 – Diálogo com Partes Interessadas: demonstra os critérios e processos utilizados para o relacionamento com seus usuários em geral;
- 10 – Indicadores de Desempenho: apresentam indicadores que podem se entendidos pelos seus diferentes públicos, no que diz respeito à gestão de sua responsabilidade social. Os indicadores devem ser distribuídos em aspectos qualitativos: descrição de resultados e práticas de gestão que representem indicadores de performance em responsabilidade social; indicadores quantitativos: resultados mensuráveis e monitorados apresentados em números. Outros indicadores sugeridos: descrição tanto de informações qualitativas, como indicadores quantitativos;
 - 10.1 – Indicadores de Desempenho Econômico: demonstram os impactos econômicos das empresas, dando ênfase à transparência e a ética, considerando os aspectos qualitativos, quantitativos e outros indicadores sugeridos;
 - 10.2 – Indicadores de Desempenho Social: demonstram os impactos das atividades das empresa em relação a seus usuários;
 - 10.3 – Indicadores de Desempenho Ambiental: demonstram os impactos das atividades da empresa em relação ao meio ambiente, em seus diferentes tipos e intensidades;
- 11 – Demonstrativo do Balanço Social (modelo IBASE): apresenta o modelo de balanço social proposto pelo IBASE;
- 12 – Iniciativas do Interesse da Sociedade (Projetos Sociais): demonstram as iniciativas desenvolvidas pela empresa nas áreas social, ambiental, e cultural, podendo detalhar os programas realizados;

13 – Notas Gerais: apresentam notas explicativas relativas ao contexto e à metodologia do processo de coleta de informações e à produção dos indicadores . (www.ethos.org.br)

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) dá continuidade a obra do sociólogo Herbert de Souza (Betinho, 1935-1997), incentivando e apoiando as empresas a divulgarem voluntariamente suas ações sociais.

Desde 1997, Betinho e IBASE, chamam a atenção dos empresários e toda a sociedade para a importância e a necessidade da realização do balanço social das empresas em um modelo único e simples (www.balancosocial.org.br).

O modelo proposto pelo IBASE para a divulgação do Balanço Social é de fácil compreensão, objetivo, e tem como finalidade a redução da pobreza e das diferenças sociais, através da construção de uma cidadania empresarial, busca o desenvolvimento humano, social e ambiental (ver ANEXO A).

Segundo o modelo proposto pelo IBASE, devem constar do Balanço Social as seguintes informações:

- 1 – Base de Cálculo: deve conter informações relacionadas com a receita líquida, ou seja, a receita bruta excluída dos impostos, contribuições, devoluções, abatimentos e descontos comerciais; resultado operacional apresentado no período e o valor total da folha de pagamento do período;
- 2 – Indicadores Sociais Internos: deve apresentar informações relacionadas a ações sociais da empresa realizadas em conjunto com seus colaboradores;
- 3 – Indicadores Sociais Externos: deve apresentar informações relacionadas a ações sociais da empresa praticadas em conjunto com a sociedade em geral;
- 4 – Indicadores Ambientais: deve apresentar informações operacionais da empresa que envolvam o meio ambiente e o que ela faz para recuperar o que foi prejudicado;
- 5 – Indicadores do Corpo Funcional: deve apresentar informações relacionadas aos funcionários;
- 6 – Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial e um questionário relacionado à participação dos funcionários no que concerne a sua responsabilidade social;
- 7 – Outras informações: este espaço está disponível para que a empresa agregue informações importantes quanto ao exercício da responsabilidade social, da ética e da transparência. (www.ibase.org.br).

A idéia desse modelo é demonstrar, quantitativa e qualitativamente, o papel da responsabilidade social desempenhada pelas empresas. É necessário que a elaboração e a

divulgação do balanço social seja avaliado por organizações autônoma, como universidades e Organizações não Governamentais.

Em 1998, para estimular a participação de um maior número de corporações, o IBASE lançou o selo Balanço Social IBASE/Betinho. O selo é conferido anualmente a todas as empresas que publicam o balanço social no modelo sugerido pelo IBASE, dentro da metodologia e dos critérios propostos. (www.balancosocial.org.br)

Conforme Torres (2001, p.01) as empresas tem como motivos para fazerem o Balanço Social:

Porque é ético ser justo, bom e responsável já é um bem em si mesmo.

Porque agrega valor o balanço social traz um diferencial para a imagem da empresa que vem sendo cada vez mais valorizado por investidores e consumidores no Brasil e no mundo.

Porque diminui os riscos num mundo globalizado, onde informações sobre empresas circulam mercados internacionais em minutos, uma conduta ética e transparente tem que fazer parte da estratégia de qualquer organização nos dias de hoje.

Porque é um moderno instrumento de gestão o balanço social é uma valiosa ferramenta para a empresa gerir, medir e divulgar o exercício da responsabilidade social em seus empreendimentos.

Porque é instrumento de avaliação os analistas de mercado, investidores e órgãos de financiamento (como BNDES, BID e IFC) já incluem o balanço social na lista dos documentos necessários para se conhecer e avaliar os riscos e as projeções de uma empresa.

Porque é inovador e transformador realizar e publicar balanço social anualmente é mudar a antiga visão, indiferente à satisfação e o bem estar dos funcionários e clientes, para uma visão moderna em que os objetivos da empresa incorporam as práticas de responsabilidade social e ambiental.

O interesse pelo Balanço Social aumenta com o passar do tempo, pois é um diferencial na imagem da empresa, dá a idéia de uma postura ética, sua divulgação atinge a todos os usuários chamando a atenção de seus investidores e consumidores.

Algumas empresas que publicam o Balanço Social incluem em seu planejamento estratégico o acompanhamento do relacionamento entre a empresa e o seu público alvo, para melhorar esse relacionamento elas desenvolvem ações, obtendo como resultado ganhos para a sociedade e também para a empresa.

Portanto a divulgação do Balanço Social deve servir como um instrumento de gestão capaz de demonstrar aos investidores e acionistas das empresas, onde estão as suas maiores fragilidades e onde devem ser direcionados os seus investimentos.

2.3 CONTABILIDADE AMBIENTAL

A expressão Contabilidade Ambiental surgiu da necessidade de aprimoramento de técnicas e princípios da contabilidade aos questionamentos atuais relacionados as avaliações econômico-financeiras dos projetos ambientais das empresas.

Atualmente, cresce a preocupação do ser humano com o desequilíbrio ambiental do nosso planeta. Em função disso os empresários passaram a exigir da contabilidade informações financeiras necessárias que permitam o acompanhamento da empresa com relação ao meio ambiente.

A partir dessa exigência os contadores, organismos profissionais e todos os interessados na área, passaram a estudar o assunto, com o objetivo de contribuir para as empresas, informações e novos procedimentos, que satisfizesse aos administradores quanto a suas necessidades de informações econômico-financeiras sobre o meio ambiente e relativas à empresa. Segundo Paiva (2006, p.10):

desde seu surgimento, a Contabilidade teve como função primordial o acompanhamento das atividades econômicas, no papel de mensuradora e relatora da situação patrimonial das empresas aos principais usuários das informações contábeis, administrativas, econômicas, sociais e ambientais, acompanhando sua evolução no decorrer do tempo.

Com a evidenciação e a diferenciação das necessidades dos usuários, ela abriu, dentro de seu leque de especializações, o ramo da Contabilidade Ambiental, parte integrante de seu enfoque social.

A globalização, decorrente de mudanças freqüentes na economia e na política mundial, gerou questionamentos com relação aos problemas ambientais, impulsionados pelo desenvolvimento econômico. Para Ferreira (2006, p.59):

o desenvolvimento da Contabilidade ambiental é resultado da necessidade de oferecer informações adequadas às características de uma gestão ambiental.

É importante frisar que Contabilidade Ambiental não se refere a uma nova contabilidade, mas a um conjunto de informações que relatem adequadamente, em termos econômicos, as ações de uma entidade que modifiquem seu patrimônio. Esse conjunto de informações não é outra contabilidade, mas uma especialização.

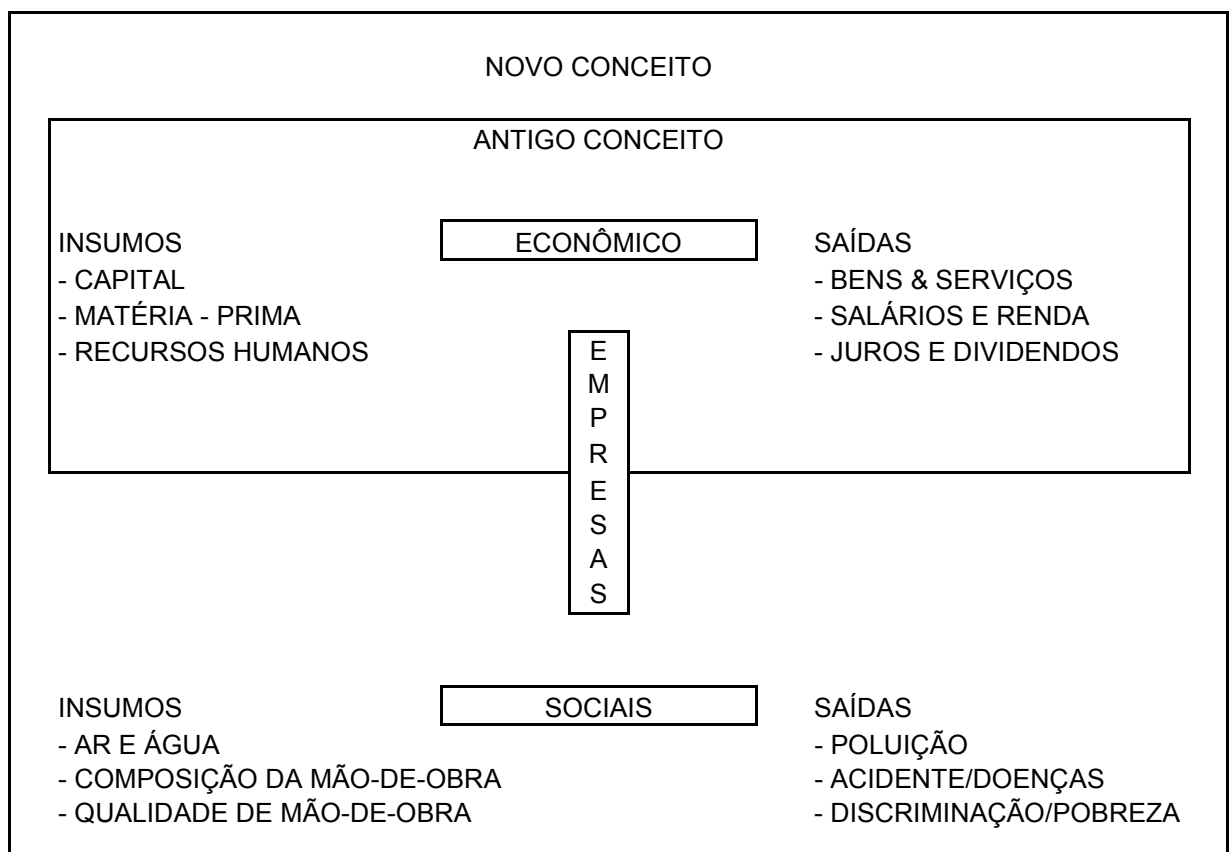
Devido aos problemas ambientais, aos fortes movimentos populares e as pressões da mídia, as empresas incluíram em seus propósitos, ações de responsabilidade ambiental, como o desenvolvimento de tecnologia necessária para a redução de resíduos tóxicos. Essa postura faz com que as empresas demonstrem a população o nível de preocupação e de ações realizadas no sentido da busca de um desenvolvimento sustentável com relação ao bem estar social.

A propagação de um desenvolvimento sustentável tem como propósito atenuar as conseqüências trágicas do crescimento econômico como as desigualdades sociais, a degradação ambiental, a poluição, entre outras, conciliando o crescimento econômico com a preservação ambiental e também a produção de riquezas com a distribuição de renda mais justa.

De acordo com Donaire (1999, p.16):

[...] muitas das decisões internas da organização hoje requerem considerações explícitas das influências provindas do ambiente externo, e seu contexto inclui considerações de caráter social e político que se somam às tradicionais considerações econômicas. Hoje, a sociedade tem preocupações ecológicas, de segurança, de proteção e defesa do consumidor, de defesa dos grupos minoritários, de qualidade dos produtos etc., que não existiam de forma tão pronunciada nas ultimas décadas. Isso tem pressionado as organizações a incorporar esses valores em seus procedimentos administrativos e operacionais.

O Quadro 2 evidencia a forma que as empresas se relacionavam com a sociedade e como é este relacionamento atualmente:



Quadro 2 - Contrato entre as organizações e a sociedade

Fonte: Donaire (1999, p. 21 apud Buschholz, R. A. Business environment and public policy. p. 25)

O Quadro 2 demonstra que no antigo conceito as empresas tinham como insumos: o capital, matéria-prima e recursos humanos e suas saídas eram relacionadas a bens & serviços, salários, renda, juros e dividendos. Atualmente com o novo conceito a empresa adiciona

novos termos como ar e água, composição da mão de obra e qualidade da mão de obra e em suas saídas a poluição, acidentes/doenças e discriminação/pobreza.

As empresas que se enquadram no antigo conceito e tem como finalidade exclusivamente econômicas acabam causando algumas conseqüências a sociedade, como a degradação ambiental, condições inadequadas de trabalho, exposição a substâncias tóxicas, entre outros problemas sociais. O novo conceito mesmo não descartando os fatores e conseqüências do antigo adicionam novos elementos na relação entre a empresa e a sociedade, reduz os custos sociais para contribuir no seu desenvolvimento econômico e consequentemente acarretam melhorias das condições sociais.

Na opinião de Tinoco e Kraemer (2004, p.63):

as questões ambientais, ecológicas e sociais, hoje presentes nos meios de comunicação, vêm fazendo com que os contadores e os gestores empresariais passem a considerá-las nos sistemas de gestão e de contabilidade, dando ensejo ao reconhecimento da Contabilidade Ambiental. Todavia, essa contabilidade é ainda muito pouco utilizada nas empresas, mesmo no contexto mundial.

A contabilidade ambiental nada mais é do que o registro do patrimônio ambiental e suas mutações. A empresa que utilizar essa ferramenta pode tornar mais transparente sua relação com o meio ambiente, seja no passado, no presente ou em suas intenções futuras.

Paiva (2006, p.13) afirma que “cabe a contabilidade formular parâmetros de mensuração e registros que permitam uma real posição da convivência da empresa com o meio ambiente e a evolução econômica e patrimonial desta relação com o decorrer do tempo”.

Uma das grandes dificuldades do desenvolvimento da contabilidade é a resistência que as empresas têm de reconhecer sua responsabilidade ambiental perante a sociedade. Além disso, a contabilidade também encontra dificuldade de mensurar os impactos ambientais causados as empresas.

Essa resistência, conforme Martins e Ribeiro (1995, p.2) ocorre devido aos fatores:

- altos custos: os custos para aquisição de tecnologias necessárias para a contenção, redução ou eliminação de resíduos tóxicos, como todo processo tecnológico em desenvolvimento, eram bastante elevados, o que gerava um forte impacto no fluxo da caixa das empresas e, numa visão superficial, sem proporcionar reflexos positivos, em termos de receitas;
- inexistência de legislação ambiental ou de rigor nas já existentes: a legislação sobre o assunto é relativamente recente, sendo que as penalidades contidas nas mais antigas não serviam como instrumento inibidor para seus infratores, dado que era menos oneroso para a empresa arcar com os encargos de uma multa do adquirir equipamentos antipoluentes;
- os movimentos populares não eram fortes e coesos o bastante para unir e conscientizar toda sociedade;
- os consumidores não associavam a atuação e comportamento da empresa ao consumo de seus produtos.

As demonstrações e os relatórios contábeis atualmente não possibilitam aos seus usuários uma posição real da empresa em relação ao meio ambiente.

Sobre as demonstrações contábeis Tinoco e Kraemer (2004, p. 27) afirmam que atualmente, na maioria das empresas, as questões ambientais inexistem, ou seja, não são objetos de divulgação no Brasil. Algumas empresas até fazem menção a gestão ambiental, porém, não se consegue localizar onde estão evidenciadas nas demonstrações contábeis e nas notas explicativas.

Segundo Ferreira (2006, p.74):

o Grupo de Trabalho dos Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade apresentou uma relação de tópicos que deveriam ser encaminhados para considerações dos governos como sugestões para uma relevante discussão sobre o meio ambiente através da contabilidade. Dessas sugestões destacamos as seguintes, que sugere quando e como evidenciar:

“ quando material, a quantidade real, responsável pelas operações no período corrente, juntamente com a descrição das medidas ambientais com elas relacionadas. Esta quantidade deveria ser subdividida nas seguintes contas do razão:

- tratamento de efluentes líquidos;
- resíduos gasoso e tratamento do ar,
- tratamento de resíduos sólidos,
- análise, controle e conformidade com os padrões:
- mitigação;reciclagem;outros (por exemplo, acidentes ou segurança)”.

Como sugestão para os relatórios contábeis, dever-se-ia incluir o registro dos passivos e provisões, determinar reservas para catástrofes e evidenciar os passivos contingentes..

A contabilidade não resolve os problemas ambientais, apenas evidencia-os para que a sociedade tenha conhecimento a respeito da gravidade dos mesmos.

Através das informações divulgadas os usuários têm conhecimento das empresas que contribuem para a redução da degradação do meio ambiente e as que não estão interessadas na causa, pode os consumidores adquirir produtos apenas das empresas que exercem a responsabilidade social, ou as empresas de crédito cederem apenas para as ambientalmente corretas e até mesmo os investidores se interessarem somente nas que reconhecem sua responsabilidade ambiental.

2.3.1 Usuários da contabilidade ambiental

A empresa está cada vez mais sujeita as pressões internas e externas. Essas pressões podem vir de qualquer usuário podendo ser: investidores, comunidade, clientes, fornecedores, colaboradores, diretores, bancos e entidades financeiras, organizações ecológicas, centros de pesquisa, administração pública, acionistas, universidades, estes usuários influenciam direta e

indiretamente na contabilidade ambiental. O Quadro 3 demonstra quais são os usuários e seus principais interesses:

PARTÍCIPE	PRINCIPAIS INTERESSES
1 – Trabalhadores	Garantia de emprego. Salários. Orgulho e sentimento de dignidade. Saúde e segurança no lugar no trabalho.
2 – Comunidade local	Riscos de saúde. Ruídos. Odores. Resíduos expelidos no solo, água e ar. Conhecimento da atividade da empresa. Riscos de acidentes.
3 – Clientes e fornecedores	Qualidade dos produtos. Preços. Segurança nos produtos. Garantia no produtos.
4 – Administração pública	Cumprimento da legislação. Acidentes e denúncias. Consumo de recursos. Evidência de que a empresa cumpre seus compromissos ambientais.
5 – Entidades financeiras, investidores e acionistas	Resultados financeiros. Informações sobre responsabilidade ou obrigações legais e respeito a terceiros. Custos ambientais e sua gestão. Investidores ambientais. Vantagens comerciais relacionadas com a gestão ambiental. Custo do não cumprimento legal.
6 – Organizações ecológicas	Informação ambiental no âmbito local. Impacto nos ecossistemas. Impactos ambientais do produto ou serviço.

Quadro 3 - Interesses específicos de cada partícipe

Fonte: Fundació Fórum Ambiental (2001).

Esses usuários também podem ser chamados de *stakeholders*, que significa parte interessada ou interveniente, refere-se aos envolvidos em um processo. Esse processo pode ser temporário ou duradouro como um negócio de uma empresa.

2.3.2 Classificação da contabilidade ambiental

Existem na contabilidade ambiental diversos significados e tipos, sendo classificada como contabilidade ambiental nacional, gerencial e financeira. O Quadro 4 sintetiza quais os tipos, foco e público alvo:

Tipo de Contabilidade Ambiental	Foco	Público Alvo
(1) Contabilidade ambiental nacional	Nação	Externo
(2) Diretiva ou contabilidade gerencial	Empresa, divisão, estabelecimento, linha de produto ou sistema	Interno
(3) Contabilidade Financeira	Empresa	Externo

Quadro 4 -Tipos de Contabilidade Ambiental

Fonte: Paiva (2006, p.20).

Conforme o Quadro 4 a Contabilidade nacional está relacionada a toda nação, contribuindo com indicadores para utilização na avaliação de atividades econômicas relacionadas ao meio ambiente.

A contabilidade gerencial está direcionada para a empresa, seus gestores e investidores auxiliando-os no planejamento, avaliação, tomada de decisão e gerenciamento das atividades empresariais ligadas ao processo produtivo e controle interno da empresa. Contribui para a redução das emissões de resíduos tóxicos gerenciando as operações; analisa quais as formas de energia menos poluente, diminuindo o custo, obtendo resultados positivos.

Por sua vez a contabilidade financeira tem como alvo o público externo, formulando relatórios que demonstrem com transparência todas as informações relacionadas as atitudes tomadas pelas empresas com relação ao meio ambiente. Evidencia as informações econômico-financeiras relacionadas ao meio ambiente, sendo um instrumento de relação entre a empresa e seus usuários, objetivando seu crescimento.

Resumidamente a contabilidade ambiental serve para evidenciar a relação das empresas com o meio ambiente, porém ainda são necessárias mais pesquisas e estudos para que a contabilidade ambiental evolua e passe a ser mais utilizadas pelas empresas.

Segundo Donaire (1999, p.23):

portanto pode-se afirmar que o envolvimento das organizações com as questões sociais pode transformar-se numa oportunidade de negócios. A preocupação de muitas organizações com o problema da poluição tem feito com que elas reavaliem o processo produtivo, buscando a obtenção de tecnologias limpas e o reaproveitamento dos resíduos. Isso tem propiciado vultosas economias, que não teriam sido obtidas se elas não tivessem focado este problema.

A divulgação de informações transparentes e fidedignas estimula a sociedade, de forma geral, para a conservação ambiental. Estas ações influenciam na preferência dos consumidores na hora de adquirir produtos, conseqüentemente as empresas têm seus concorrentes como parâmetro na área ambiental, observado os diferentes portes.

Conforme Vianna (2004, p.20):

a empresa que cumpre seu papel social atrai mais consumidores e está investindo na sociedade e no seu próprio futuro. E mais ainda, tem o direito – antes do dever – de dar publicidade às suas ações. Porém, esta propaganda será cada vez mais honesta e verdadeira na justa medida em que utilizar parâmetros iguais e permitir comparações por partes dos consumidores. Investidores e da sociedade em geral.

Sendo assim, cabe ao contador e gestor, papel importante neste contexto, com disposição e competências necessárias para cooperar com a preservação do meio ambiente e prosperidade entre as empresas e a sociedade. Deverá ser o agente capaz de propagar a responsabilidade social em sua empresa e a quem presta serviços.

2.4 INVESTIMENTO AMBIENTAL

A crescente preocupação com a questão da responsabilidade social das empresas, no que diz respeito ao meio ambiente, tem feito com que as empresas busquem alternativas tecnológicas mais limpas, a fim de diminuir o impacto e a deterioração do meio ambiente.

Tachizawa (2004, p.25) descreve que :

em razão das exigências da sociedade de um posicionamento mais consistente e responsável das organizações, a fim de minimizar a diferença verificada entre os resultados econômicos e sociais, bem como da preocupação ecológica que tem ganho destaque significativo, e em face de sua relevância para a qualidade de vida das populações, tem-se exigido das empresas um novo posicionamento em sua interação com o meio ambiente.

A conscientização da sociedade fez com que surgissem leis ambientais cada vez mais rigorosas a emissão de poluentes. Além das exigências das leis existe um mercado interessado na conscientização ecológica, no qual programas como selos verdes e normas, como a ISO-14000, passam a formar requisitos desejáveis não somente para a aceitação de compras de produtos e serviços, mas também para a construção de uma imagem ambientalmente positiva perante a sociedade. Isso tem feito com que as empresas tomem atitudes para preservação do meio ambiente, como exemplo, investir em modificações de processo, substituir os insumos, reduzir ou eliminar os resíduos tóxicos e racionalizar o consumo de recursos naturais.

Segundo Tinoco e Kraemer (2004, p.55) “A ISO 14.000, que é um conjunto de normas, abrange cinco áreas: Sistema de Gestão Ambiental; Auditoria Ambientais, Rótulos ecológicos; Avaliação de Desempenho Ambiental; e Avaliação do Ciclo de Vida”.

Na ISO 14000, o levantamento dos aspectos e respectivos impactos ambientais é o primeiro estágio a ser alcançado, pois é a partir daí que são traçados os objetivos e os aspectos relevantes do sistema de gestão ambiental das empresas.

A finalidade da ISO 14000 é estabelecer requisitos, passíveis de auditoria ambiental, que são imprescindíveis a um SGA. Uma das etapas para adquirir o selo da ISO 14000 está vinculada a avaliação do desempenho ambiental da empresa. E, para a definição desses requisitos de desempenho para cada empresa, a identificação dos procedimentos ambientais assume caráter prioritário.

De acordo com Almeida, Cavalcanti e Mello (2000), a gestão ambiental é a maneira pela qual a empresa trabalha, dentro do ambiente interno e externo, buscando alcançar a qualidade ambiental desejada, e para que a meta seja cumprida a melhor estratégia indicada é o Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Esse sistema objetiva melhorar a qualidade ambiental, nesse contexto muitas empresas utilizam-no como estratégia de *marketing* transformando-o num fator de competitividade entre as empresas.

Macedo (1994, apud TINOCO E KRAEMER, 2004, p.111) subdivide a gestão ambiental em quatro níveis:

- *gestão de processos*: envolve a avaliação da qualidade ambiental de todas as atividades, máquinas e equipamentos relacionados a todos os tipos de manejo de insumos, matérias-primas, recursos humanos, recursos logísticos, tecnologias e serviços de terceiros;
- *gestão de resultados*: envolve a avaliação da qualidade ambiental dos processos de produção, através de seus efeitos ou resultados ambientais, ou seja, emissões gasosas, efluentes líquidos, resíduos sólidos, particulados, odores, ruídos, vibrações e iluminação;
- *gestão de sustentabilidade (ambiental)*: envolve a avaliação da capacidade de resposta do ambiente aos resultados dos processos produtivos que nele são realizados e que o afetam, através da monitoração sistemática da qualidade do ar, da água, do solo, da flora, da fauna e do ser humano;
- *gestão do plano ambiental*: envolve a avaliação sistemática e permanente de todos os elementos constituintes do plano de gestão ambiental elaborado e implementado, aferindo-o e adequando-se em função do desempenho ambiental alcançado pela organização.

A implementação do Sistema de Gestão Ambiental faz com que ocorra uma redução no custo total dos produtos da empresa, pois as inovações tecnologicamente limpas levam ao uso mais produtivo e adequado dos insumos utilizados na fabricação, de forma a compensar

os investimentos realizados para a preservação ambiental. O SGA além de reduzir o impacto ambiental, proporciona um aumento da lucratividade e conquista de mercado.

O Quadro 5 demonstra quais são as vantagens do Sistema de Gestão Ambiental para as empresas:

DIFERENCIAL COMPETITIVO: - melhoria da imagem - aumento da produtividade - conquista de novos mercados	MINIMIZAÇÃO DE CUSTOS: - eliminação dos desperdícios - conquista da conformidade ao menor custo - racionalização da alocação dos recursos humanos, físicos e financeiros
MELHORIA ORGANIZACIONAL - gestão ambiental sistematizada - integração da qualidade ambiental à gestão dos negócios da empresa - conscientização ambiental dos funcionários - relacionamento da parceria com a comunidade	MINIMIZAÇÃO DOS RISCOS - segurança legal - segurança das informações - minimização dos acidentes e passivos ambientais - minimização dos riscos dos produtos - identificação das vulnerabilidades

Quadro 5 - Vantagens do Sistema de Gestão Ambiental

Fonte: Almeida, Mello e Cavalcanti, 2000

A contabilidade, enquanto ciência da avaliação do patrimônio das empresas e também como fonte de informações para a tomada de decisões, pode demonstrar o inter-relacionamento entre as empresas e o meio ambiente, com evidências de como o patrimônio é afetado pelas causas ambientais e quais as atitudes as empresas devem tomar para reduzir ou eliminar as agressões ao meio, promovendo a sustentabilidade.

Dentro da Gestão da Contabilidade Ambiental existe o Ativo ambiental que são todos os bens e direitos destinados ou provenientes da atividade de gerenciamento ambiental, que tem como objetivo o controle, preservação e recuperação do meio ambiente.

Segundo Tinoco e Kraemer (2004, p.176):

Os Ativos Ambientais representam:

- os estoques dos insumos, peças, acessórios etc. utilizados no processo de eliminação ou redução dos níveis de poluição e de geração de resíduos;
- os investimentos em máquinas, equipamentos, instalações etc. adquiridos ou produzidos com intenção de amenizar os impactos causados ao meio ambiente;
- os gastos com pesquisas, visando ao desenvolvimento de tecnologias modernas, de médio e longo prazo, desde que constituam benefícios ou ações que irão refletir nos exercícios seguintes.

Os ativos ambientais são decorrentes de investimentos ambientais e deverão ser classificados em títulos contábeis específicos, identificando, de forma adequada os estoques ambientais, o ativo permanente imobilizado ambiental e o diferido ambiental.

As atitudes ambientais tomadas pelas empresas estão relacionadas a alguns parâmetros tais como: um bom relacionamento com a sociedade, com os organismos ambientais; estabelecimento de política ambiental; eficiente sistema de gestão ambiental; uso de tecnologia limpa; elevados investimentos ambientais; definição de um compromisso ambiental.

Paiva (2006, p.42) descreve que:

a imagem da empresa pode ser seriamente afetada por descuidos ou descasos com o meio ambiente. A valoração de sua marca, reputação e imagem dependem da transparência advinda desse processo de explicitação de intenções e atitudes com o meio ambiente.

Conforme Tachizawa (2004) Os investimentos ambientais destinados a preservação do meio ambiente vem crescendo com rapidez nos últimos anos. A partir daí as empresas começaram a demonstrar alternativas para chegar ao desenvolvimento sustentável, concomitantemente elevar a lucratividade de seus negócios. Diante desse fato percebe-se que a administração ambiental não é somente uma atividade filantrópica, mas também uma atividade que pode gerar ganhos financeiros para as empresas.

Dessa forma, a empresa que evidencia suas atitudes relacionadas ao investimento ambiental e que está avançada em termos de uso de tecnologia limpa ou em relação à utilização de processos produtivos sustentáveis poderá obter benefícios, como o aumento do comprometimento dos empregados, menores encargos, taxas e multas por danos ambientais, menores custos de produção e de emissão de resíduos, e obter oportunidades de bons negócios.

Assim, a partir do momento que é assumido o compromisso com a sustentabilidade social e ambiental, a empresa pode explorar a vantagem competitiva, pois esta fornece produtos ambientalmente corretos e ao mesmo tempo exerce sua responsabilidade social e colabora com o aumento da qualidade de vida da sociedade.

3 DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO DE CASO

Este capítulo aborda o perfil e um breve histórico da empresa objeto de estudo, além dos tipos de investimentos ambientais efetuados no período de 2005 a 2007.

Também demonstra o nível de investimentos ambientais da empresa objeto de estudo e um comparativo com as empresas do mesmo ramo de atividade no período de 2005 e 2006.

3.1 PERFIL E BREVE HISTÓRICO SOBRE A EMPRESA OBJETO DE ESTUDO

As Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC foi constituída em 09 de dezembro de 1955 pelo Decreto Estadual nº 22, assinado pelo Governador Irineu Bornhausen. Na época, a necessidade energética do Estado era suprida por pequenos e médios sistemas elétricos regionalizados, geralmente mantidos pela iniciativa privada, que foram construídos a partir do início do século XX (<http://www.celesc.com.br>).

O modelo existente começou a mostrar-se incapaz de responder ao incremento da demanda quando o ciclo desenvolvimentista implementado por Juscelino Kubitschek começou a tomar conta do País. Preocupado em oferecer condições de infra-estrutura para os novos investimentos, o Governo do Estado decidiu, então, ampliar a infra-estrutura da região. Para garantir a expansão dos serviços, a empresa funcionou como um órgão de planejamento e como responsável pelo repasse de recursos públicos às companhias que operavam o sistema elétrico. Com o passar do tempo, ela passou a assumir, gradativamente, o controle acionário das empresas regionais, com a atribuição de planejar e, também operar o sistema elétrico estadual.

Com a inclusão de Santa Catarina no sistema elétrico sul-sudeste a CELESC assumiu o controle da operação. Ela é uma sociedade de economia mista, que tem como acionista controlador o Estado de Santa Catarina, possui sede e foro na cidade de Florianópolis, opera no mercado de energia elétrica há 52 anos, com concessões nas atividades de geração e distribuição. Reconhecida como uma das melhores empresas do setor elétrico nacional é responsável pela prestação dos serviços de energia elétrica para 92% do território catarinense, atendendo mais de dois milhões de unidades consumidoras, em baixa e alta tensão. Sua área de concessão se estende por 257 municípios em Santa Catarina, e o município de Rio Negro, situado no estado do Paraná. A CELESC também presta seus serviços a outros 25 municípios

de forma parcial, por meio de suprimento de energia, e 11 municípios por meio de venda de energia para cooperativas de eletrificação rural.

O mercado da CELESC é pródigo, de economia bastante diversificada, no Sul do País, é a que atende à fatia de mercado com o melhor índice médio de consumo por consumidor. O atendimento à área rural exibe um dos melhores índices nacionais, reflexo da pujança da economia rural catarinense. Historicamente, também, é a que apresenta os melhores índices de crescimento de consumo do País.

Para garantir o atendimento e a qualidade exigidos por demanda tão sofisticada, a CELESC, investe firmemente na expansão e manutenção do sistema elétrico e no atendimento comercial prestado aos seus consumidores, com adoção de modernas tecnologias. Em 52 anos de história, a CELESC tem marca consolidada como uma das concessionárias de serviço público mais eficientes do País.

Historicamente, o desempenho do consumo de energia elétrica na região servida pela CELESC sempre foi maior que a média nacional. A economia local conta com atividades industriais, comerciais e de serviços públicos, e há uma grande rede de consumidores residenciais com renda *per capita* acima da média brasileira. As grandes indústrias são consumidoras de médio porte e estão todas localizadas próximos aos centros regionais de carga.

Sem vazios demográficos, a energia elétrica distribuída pela CELESC é uma realidade em praticamente todos os lares, quer seja na cidade ou no campo.

3.2 TIPOS DE INVESTIMENTOS AMBIENTAIS EFETUADOS

Neste tópico apresentam-se os tipos de investimentos qualitativos onde a empresa objeto de estudo empregou os montantes monetários discriminados no Balanço Social no período compreendido entre 2005 à 2007.

TIPOS DE INVESTIMENTOS	2005	2006	2007
Conhecimentos Científicos			X
Gestão Ambiental	X	X	X
Adequação de Instalações	X	X	X
Investimentos em Equipamentos		X	X
Reaproveitamento e redução no consumo de água	X		
Energias Alternativas	X	X	X
Treinamento e Pesquisa	X		X
Planos de Recuperação		X	X
Prevenção		X	
Reciclagem	X	X	
Investimentos de Técnicas		X	X
Reflorestamentos	X		

Quadro 6 - Tipos de Investimentos Ambientais efetuados na empresa objeto de estudo

Fonte :Relatórios da Administração da empresa pesquisada

De acordo com o Quadro 6, pode-se observar que referente aos conhecimentos científicos e tecnológicos a Celesc investiu somente em 2007, com a implantação de laboratório para teste estático e dinâmico de coletores solares e medição de eficiência energética de aquecedores solares domésticos – LABSOLAR na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, em Florianópolis.

O item Gestão Ambiental é mencionado no relatório anual dos três anos , em 2005 está vinculado a implantação de diretrizes de Política Ambiental que contribuirão para a conformidade sócio-ambiental, mediante a incorporação das boas práticas do gerenciamento ambiental, para diferentes aspectos, na construção de linhas de distribuição e subestações, na operação e manutenção do sistema, com vistas ao aperfeiçoamento contínuo na redução de impactos oriundos de suas atividades.

Em maio de 2006 a Política Ambiental da CELESC foi aprovada e é constituída por sete princípios que são: Integrar o conceito de desenvolvimento sustentável à estratégia corporativa; desenvolver a competência e a mobilização do quadro funcional por uma ética partilhada de desenvolvimento sustentável; trabalhar em parceria com instituições públicas, privadas e comunidade por uma melhor qualidade de vida, buscando o equilíbrio dos interesses das partes; buscar o melhoramento contínuo da performance ambiental de obras e serviços, mediante o aperfeiçoamento de métodos e processos e a incorporação de novas tecnologias; oferecer a sociedade serviços que incorporem, de forma permanente, variáveis sócio-ambientais; fomentar o uso racional de energia entre seus clientes e a sociedade em

geral e exigir dos contratados e fornecedores atitudes ambientais coerentes com este conjunto de princípios.

Em 2007 foi colocado em prática alguns dos sete princípios da política ambiental, consta no relatório anual que a empresa internalizou o conceito de desenvolvimento sustentável em seus negócios, dando ênfase aos esforços que vêm sendo realizados para o alcance da conformidade ambiental através dos empreendimentos realizados em sua área de concessão, que serão evidenciados no decorrer deste capítulo.

Referente ao item adequação de instalações a empresa investiu nos três anos consecutivos, em 2005 com o programa de eficiência energética – proCeleficiência que constitui-se de diversos projetos como, aquecimento solar para substituição do chuveiro elétrico: beneficia 30 entidades do terceiro setor como creches, asilos, orfanatos com um custo total de R\$376,0 mil; Escola + clara: beneficia 136 escolas da rede pública estadual com investimentos de R\$ 3,0 milhões, melhorando o sistema de iluminação das salas de aula com a substituição de lâmpadas e luminárias. Além do benefício de redução de 20% do consumo de energia e da melhoria do nível de iluminação, tem o caráter educativo semeando no meio estudantil a cultura do uso racional de energia elétrica como instrumento de preservação do meio ambiente; Iluminação Pública: Obras de efficientização energética em 52 municípios catarinenses, totalizando investimentos na ordem de R\$ 19,0 milhões.

No ano 2006 o projeto Escola + clara concluiu mais uma etapa com um investimento de R\$ 2.34 milhões com uma redução do custo de energia elétrica em aproximadamente de 6.132 MWh/ano. Já em 2007, a adequação de instalações deu continuidade com o programa proCeleficiência que viabilizou as seguintes ações: Efficientização de sistemas de iluminação do Centro Integrado de Cultura – CIC em Florianópolis, de dois ginásios poliesportivos em Tubarão, de sete hospitais de alguns municípios catarinenses; efficientização dos sistemas de iluminação e de ar-condicionado do hospital Nossa Senhora da Conceição, em tubarão e do centro de informática e automação do Estado de Santa Catarina – CIASC, em Florianópolis; Efficientização dos motores do Serviço Municipal de Água e Saneamento de Jaraguá do Sul.

Com relação aos investimentos em equipamentos a CELESC investiu em 2006 e 2007. No ano 2006 foi substituído o óleo mineral isolante dos transformadores por óleo vegetal, biodegradável; Instalação de um sistema fotovoltaico em substituição ao antigo gerador abastecido com óleo diesel, na reserva da ilha do Arvoredo. Já em 2007, surge alguns projetos de efficientização energética em processo de implantação, com substituição de motores antigos por modelos mais eficientes, a CELESC também instalou transformadores que utilizam óleo produzido com semente de girassol. Além de conferir maior segurança contra incêndios, o

óleo vegetal é biodegradável e atóxico, oferecendo menor risco de acidentes no manuseio e armazenamento. Também foram substituídos equipamentos obsoletos da Usina de Pirai, a mais antiga da CELESC, por um equipamento que dispensa o uso de óleo lubrificante.

O item reaproveitamento e redução no consumo de água é encontrado somente no ano de 2005 com o projeto de instalações da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, da adutora que abastece toda região da Grande Florianópolis. A CELESC destinou R\$ 5,3 milhões, sendo que com a realização da obra pode-se observar uma redução em 39,08% no consumo de água para lavagem de filtros; 57,14% no uso de coagulantes e 69,39% de deposição de alumínio.

A CELESC investiu em energia alternativa nos três anos consecutivos, no ano de 2005, com o aquecimento solar para substituição do chuveiro elétrico em creches, asilos, orfanatos, beneficiou 30 entidades do terceiro setor, com um custo total de R\$ 376,0 mil. Através do programa energia do futuro – aquecimento solar com descartáveis, foi instalado um aquecedor solar elaborado com materiais recicláveis como garrafa *pet* e caixas *tetrapak*, na casa Família do mar em Laguna.

Em 2006 os aquecedores solares passaram a ser instalados em entidades sociais até o final do ano, nove aquecedores estavam instalados em instituições dos municípios de Blumenau, Joinville, Gaspar, Videira e Florianópolis, ajudando na redução do consumo de energia elétrica. Com o programa banho de sol, foram implantados em 47 instituições sociais o sistema de aquecimento solar para substituição do chuveiro elétrico. A energia solar, ambientalmente recomendável, é capaz de reduzir mais de 50% das despesas com aquecimento da água nessas instituições. Em 2007 o programa energia do futuro continuou beneficiando as entidades e famílias, em aproximadamente 70 comunidades.

Referente ao treinamento e pesquisa, no ano 2005, o programa verde vida foi realizado no âmbito da Agência Regional de Chapecó em que são repassados materiais recicláveis (papéis, plásticos etc) com a finalidade de, após o processo de reciclagem, serem comercializados e os recursos, utilizados em oficinas sócio-educativas. Em Joinville o programa meio ambiente – responsabilidade de todos, procura despertar na comunidade e seus empregados a preocupação com a preservação da água, para isso a Agência Regional de Joinville, participa de reuniões com os líderes da Fundação Municipal do Meio Ambiente atuando diretamente no planejamento, execução e avaliação na conferência das bacias hidrográficas da região. Na agência de Jaraguá de Sul o programa seminário Sesc & Você – 59 anos – Educação Ambiental como processo de Inclusão, promoveu um seminário de

educação ambiental como processo de inclusão, com realização de palestras, feiras, oficinas e passeios na educação ambiental.

No ano de 2007 o proCeleficiência viabilizou capacitação e suporte a técnicos de 50 prefeituras municipais para a elaboração de Planos Municipais de Gestão Energética, onde foram apresentadas medidas de eficiência energética, indicadores de desempenho do consumo das contas de energia, cenário de referência (projeção do consumo e gastos com energia dentro do padrão atual) e cenário de eficiência (projeção do consumo e gastos com energia após implementação das medidas de eficiência apresentadas); Capacitação de 1.265 professores, de 153 escolas públicas municipais e estaduais, para a disseminação de informações sobre o uso racional e seguro de energia elétrica.

Com relação aos planos de recuperação foram realizados investimentos nos anos de 2006 e 2007. Em 2006 com um estudo para licenciamento ambiental corretivo, junto ao IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, de redes elétricas e subestações associadas com influência sobre florestas nacionais de Ibirama e Três Barras; Estudo para licenciamento ambiental corretivo junto à Fundação Estadual de Meio Ambiente – FATMA de 2450 Km de redes elétricas, de 107 subestações, de uma unidade de tratamento de óleos isolantes e de uma unidade de tratamento de postes de madeira; Implantação do programa de apoio à gestão do verde urbano que, por meio de instituição especializada, proporcionará transferência de *know-how* em gestão do verde urbano às equipes técnicas de prefeituras. O objetivo do Programa é conferir maior confiabilidade ao sistema de distribuição de energia elétrica por meio da redução dos índices de desligamentos causados por vegetação na rede; Descontaminação de lâmpadas especiais (utilizadas nas dependências da CELESC), coleta de papel reciclável e tratamento de óleos isolantes.

Os estudos para licenciamento ambiental corretivo deram continuidade em 2007 com o aumento em 3000 Km de redes elétricas e mais de uma centena de subestações, além de outras unidades operacionais. Como resultado desses esforços foram entregues para a análise da Fundação do Meio Ambiente – FATMA, os estudos de Conformidade Ambiental de linhas de Transmissão e subestações associadas situadas nas regiões geoeletricas Florianópolis, sul e extremo sul e as Florestas Nacionais de Três Barras e Ibirama. Ressalta-se que a decisão de realização dos estudos de conformidade ambiental dos antigos empreendimentos foi liberalidade da empresa, e não determinação do órgão ambiental licenciador.

Os investimentos relacionados com prevenção foram evidenciados somente no relatório anual de 2006, com a manutenção do Programa de Proteção de Aves na rede, que

objetiva conferir maior confiabilidade ao sistema de distribuição de energia elétrica por meio da redução dos índices de desligamentos causados por animais na rede, em especial, pelo joão-de-barro. O programa contempla, mediante autorização do IBAMA, a retirada de ninhos de joão-de-barro das estruturas e a instalação de dispositivo inibidor da construção de ninhos dessa espécie.

O item reciclagem é encontrado nos relatórios anuais dos três anos pesquisados. Em 2005 com o Programa Energia do Lixo, que consiste na separação de todos os materiais recicláveis na Agência Regional de Rio do Sul, com o apoio dos empregados terceirizados. O objetivo é despertar a consciência sócio-ambiental e melhorar a relação entre homem e meio ambiente; O programa de Lixo Reciclável é desenvolvido na Agência Regional de Jaraguá do Sul, busca estimular a reciclagem do lixo doméstico. Os empregados trazem materiais que são armazenados em latões disponibilizados no depósito da agência e, posteriormente, vendidos para a Associação dos Recicladores de Jaraguá do Sul. Em 2006 com o Programa de Gestão Global de Resíduos, o qual estabelece diretrizes para o tratamento e destinação de todos os materiais descartados pela empresa, tais como baterias de veículos e de subestações, óleos isolantes e resíduos de sua filtragem, sucatas de postes de concreto, isoladores de porcelana e sucata de chumbo, cobre alumínio, ferro, zinco, bronze, pneus, entre outros.

Em 2007, a CELESC continuou atuando em projetos sob a ótica da educação e meio ambiente, que promoveu a reutilização do lixo reciclável por meio de atividades educativas, beneficiando Organizações Não Governamentais – ONG'S, Associações de Catadores e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais; educação ambiental e aquecimento de água em residências de baixa renda, a partir da instalação de captador de energia solar construído com recicláveis.

Os investimentos de técnicas foram evidenciados em 2006 e 2007. Em 2006 com a substituição do óleo mineral isolante dos transformadores por óleo vegetal, biodegradável e em 2007 essa técnica continuou a ser utilizada.

Por último, o item reflorestamento é encontrado no relatório anual de 2005 com o programa clube ecológico canfoneira com a iniciativa da Agência Regional de Mafra, por meio de seus empregados e outros parceiros, trabalha desde 1993 a perspectiva preservacionista. Atuando sobre a ótica da educação ambiental, objetiva despertar a consciência ecológica de crianças, jovens e adultos. O grupo trabalha com a produção de mudas de árvores que são plantadas ao longo dos rios e nas praças do município.

3.3 COMPARATIVO DO NÍVEL DE INVESTIMENTOS AMBIENTAIS ENTRE A CELESC E AS EMPRESAS DO MESMO RAMO DE ATIVIDADE

Neste tópico apresentam-se o total da receita líquida da empresa objeto de estudo e doze empresas do mesmo ramo de atividade. Também demonstram-se o valor monetário destinado ao meio ambiente e o percentual de investimentos ambientais com relação as receitas líquidas das empresas, o crescimento no período compreendido entre 2005 e 2006 e uma comparação entre a CELESC e as empresas do mesmo ramo.

3.3.1 Nível de Investimentos Ambientais da CELESC

Segue abaixo a Tabela 1 que demonstra o nível de investimentos ambientais da CELESC no período compreendido entre 2005 e 2006.

Tabela 1: Investimentos Ambientais X Receita Líquida

Período	Investimentos Ambientais	Receita Líquida
2005	R\$ 16.835	R\$ 2.994.460
2006	R\$ 44.278	R\$ 3.269.694

(valores em milhares)

Fonte: Relatórios da Administração da empresa objeto de estudo

Nota-se através da Tabela 1 que em 2006 os investimentos ambientais realizados pela CELESC cresceram significativamente passaram de R\$ 16 milhões para R\$ 44 milhões mais do que o dobro, um crescimento de 163% em relação a 2005.

Observa-se que, em 2006 a receita líquida da CELESC registrou um crescimento de 9,1% em relação a 2005, acumulando em R\$ 3,2 bilhões.

Esse desempenho reflete-se devido a alguns fatores como o aumento no número dos consumidores, representando 65 mil novas ligações durante o ano; aumento de 10% na tarifa média praticada; manutenção da concentração de consumidores (78%) na classe residencial, que possui tarifas mais elevadas em relação às demais classes; receita adicional referente à disponibilização do sistema de distribuição, no montante de R\$ 133 milhões, contra R\$77 milhões em 2005; receita gerada pela venda de energia no mercado *spot*, que totalizou R\$126 milhões em 2006 e não ocorreu em 2005.

É importante ressaltar que as atividades desenvolvidas pela Empresa interagem de forma intensa com o meio natural, e que suas iniciativas reduzem significativamente os

impactos ambientais causados. A CELESC, além de ter a responsabilidade social e ambiental, como um de seus valores, ela possui políticas, procedimentos, projetos e investimentos na área ambiental, que a coloca entre as mais sustentáveis do setor.

3.3.2 Evidenciação da Receita líquida

A Figura 01 representa o total da receita líquida da CELESC e das doze empresas pesquisadas no período de 2005 e 2006.

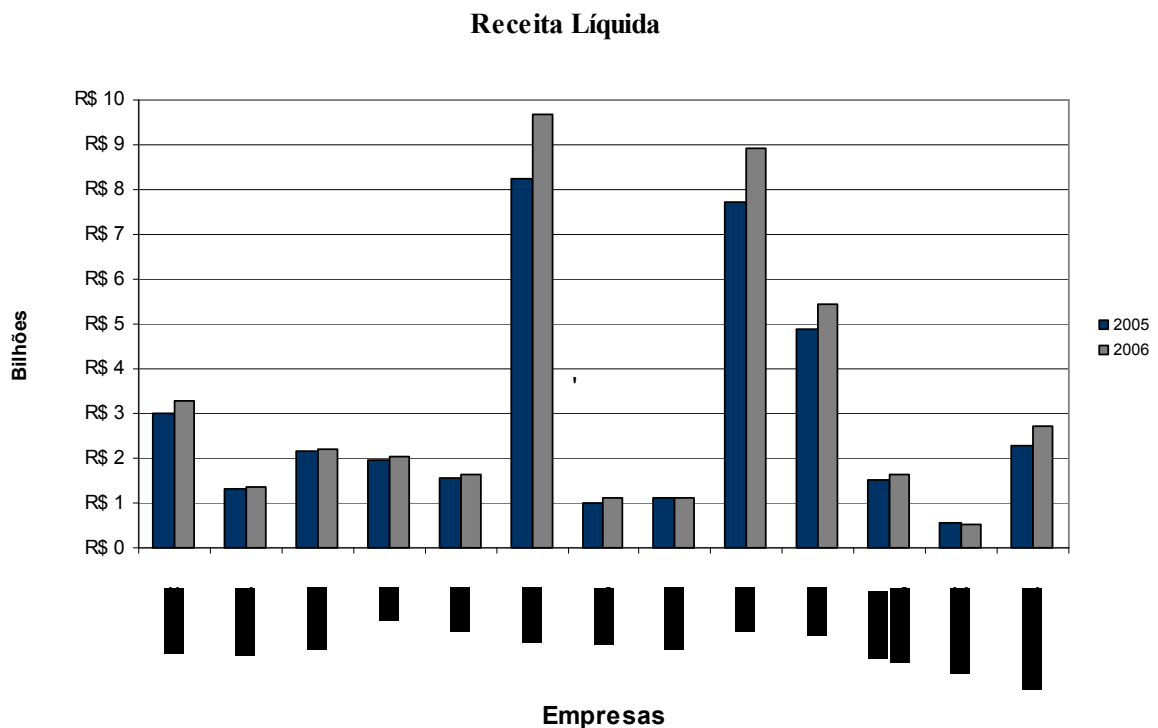


Figura 01 - Receitas Líquidas

Fonte: adaptado dos relatórios anuais das empresas

Com base na Figura 01 nota-se que a empresa que mais destacou-se tanto em 2005 como em 2006 foi a CEMIG com uma receita líquida de R\$ 8.235.621.000,00 e R\$ 9.681.271.000,00 respectivamente, já a empresa que obteve a menor receita líquida nos dois anos foi a TERMOPE com R\$ 540.718.000,00 em 2005 e R\$ 501.098.000,00 em 2006.

A CELESC auferiu uma receita líquida nos anos de 2005 e 2006 no montante de R\$ 2.994.460.000,00 e R\$ 3.269.694.000,00 respectivamente.

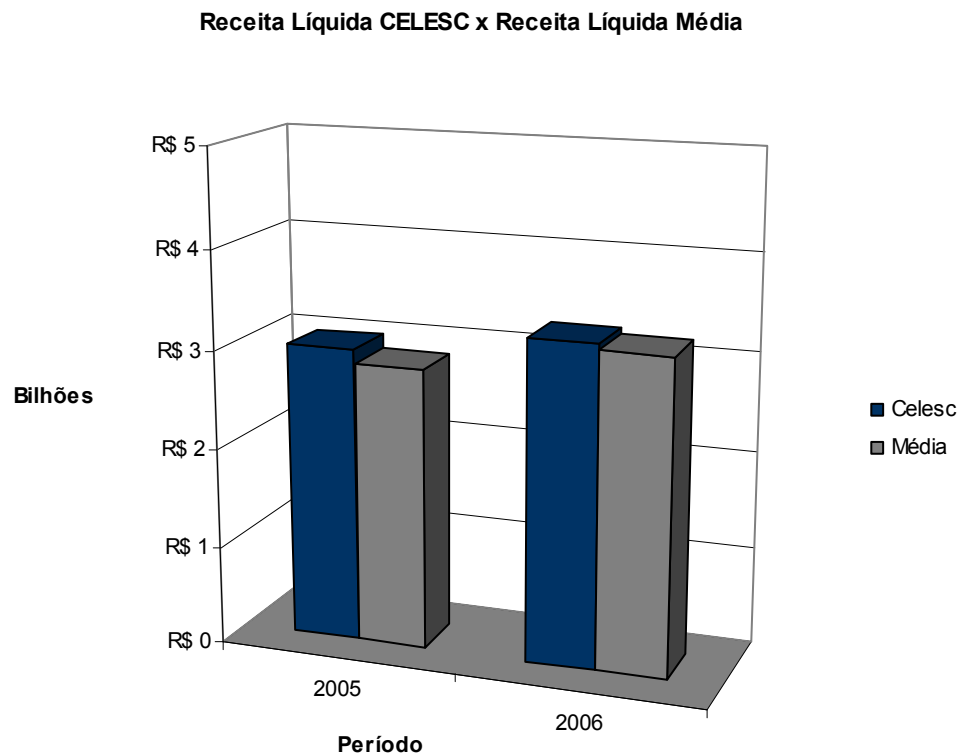


Figura 02 - Receitas Líquida CELESC x Receita Líquida Média

Fonte: adaptado dos relatórios anuais das empresas

O Figura 02 compara a receita líquida da CELESC com relação a média das 12 empresas relacionadas na pesquisa. A média das empresas em 2005 e 2006 representa um montante de R\$ 2.858.976.333,00 e R\$ 3.197.876.417,00 respectivamente. Já a CELESC obteve em 2005 o valor de R\$ 2.994.460.000,00 e em 2006, R\$ 3.269.694.000,00. Em 2005 a CELESC superou a média em 4,73% e 2006 em 2,24% .

3.3.3 Evidenciação dos Investimentos Ambientais

A Figura 03 demonstra o valor monetário investido no meio ambiente da CELESC e das doze empresas pesquisadas no período de 2005 e 2006.

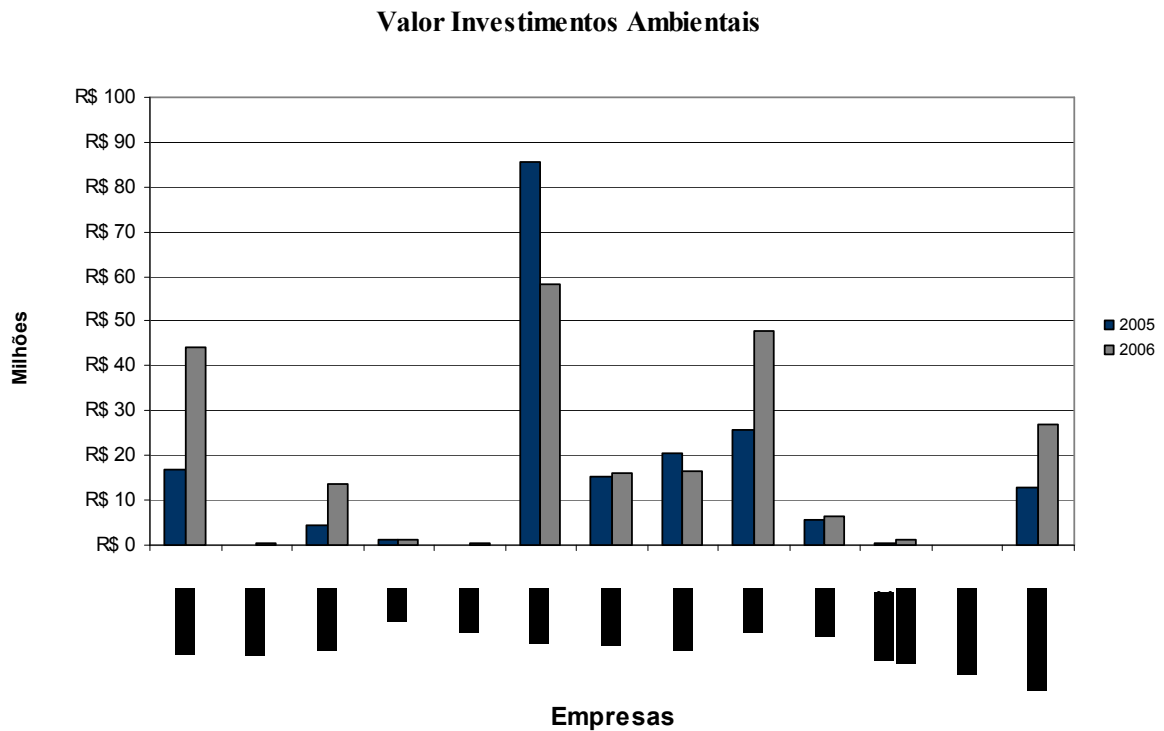


Figura 03 - Investimentos Ambientais

Fonte: Adaptado dos Relatórios Anuais das empresas

Percebe-se que entre as empresas apresentadas na Figura 03, a que mais investiu monetariamente no meio ambiente no ano de 2005 e 2006 foi a CEMIG com R\$85.425.000,00 e R\$ 58.112.000,00 respectivamente, mesmo tendo reduzido o seu investimento em aproximadamente em 32% em 2006 se comparado com 2005 a empresa continuou em destaque, esse fato pode ser justificado pelo tipo de comércio de cada uma das empresas, apesar de ser do mesmo setor . Em 2005 a CELESC investiu R\$16.835.000,00 ficando em quarto se comparada com as outras doze empresas, em 2006 seu investimento aumentou significativamente para R\$44.278.000,00.

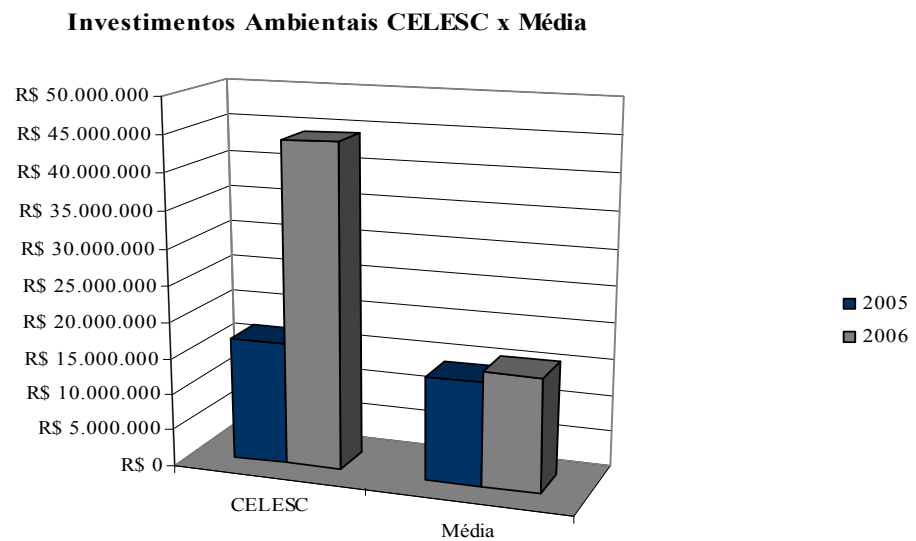


Figura 04 - Investimentos Ambientais CELESC x Média

Fonte: Adaptado dos Relatórios Anuais das empresas

A Figura 04 compara os investimentos ambientais realizados pela CELESC com relação a média das doze empresas pesquisadas. Pode-se perceber que a CELESC ultrapassou a média nos dois anos. Em 2005 seus investimentos superaram em 18% com relação a média, já em 2006 esse percentual subiu consideravelmente para 181%.

Analisando a Figura 03, a CELESC não obteve o maior valor investido no meio ambiente, no entanto pode-se demonstrar facilmente pela figura 04 que possui investimentos em atividades e programas ambientais superiores a média das doze empresas.

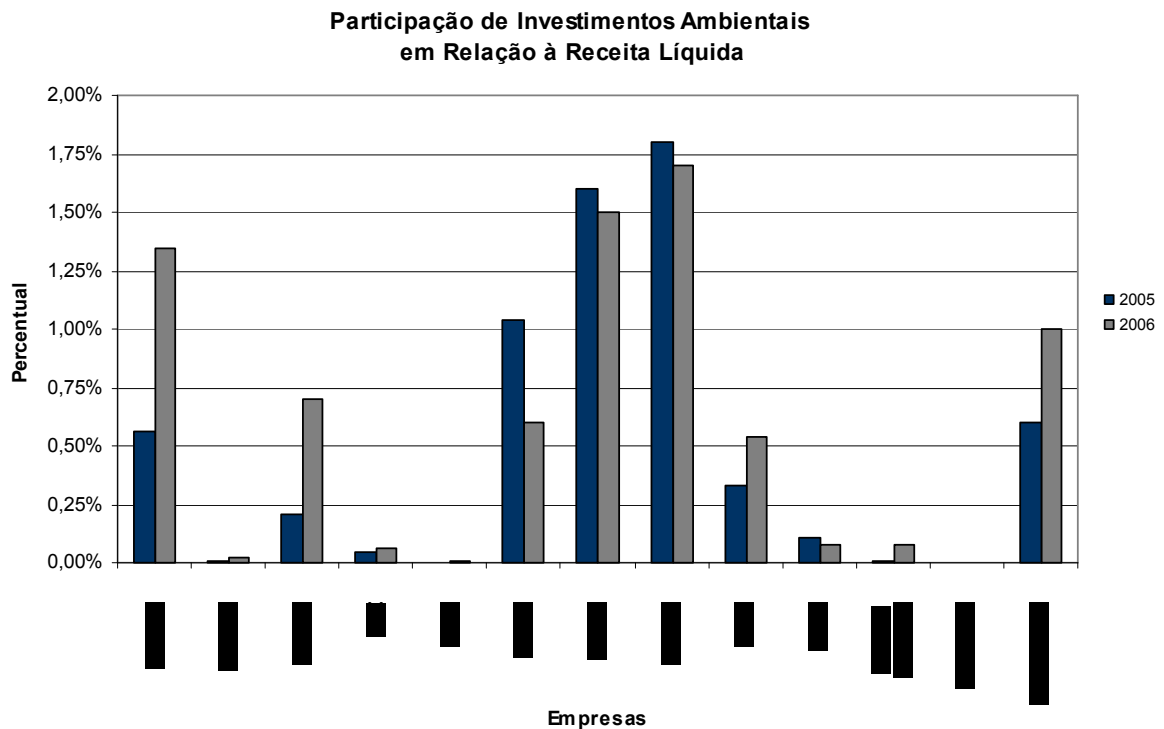


Figura 05 - Participação de Investimentos Ambientais em relação à Receita Líquida

Fonte: Adaptado dos Relatórios Anuais das empresas pesquisadas

Com a análise da figura acima demonstra-se que a empresa que mais investiu no meio ambiente com relação a receita líquida foi a CEMAT nos dois anos consecutivos com 1,83% e 1,47% respectivamente. Dessa forma observa-se que na figura 01 e o 03 a CEMIG foi a empresa que obteve a maior receita líquida e o maior valor investido no meio ambiente, porém a empresa que mais investiu ambientalmente se comparado com sua receita líquida foi a CEMAT. A CELESC investiu 0,56% em 2005 e elevou seu percentual significativamente para 1,35% em 2006. Seu investimento ambiental em 2006 se relacionado com as outras empresas foi um dos mais elevados em comparação com a receita líquida.

A figura seguinte demonstra o percentual investido no meio ambiente em comparação com a receita líquida da CELESC com relação a média das doze empresas pesquisadas nos anos de 2005 e 2006.

Comparativo de Participação de Investimentos Ambientais da CELESC x Média em Relação a Receita Líquida

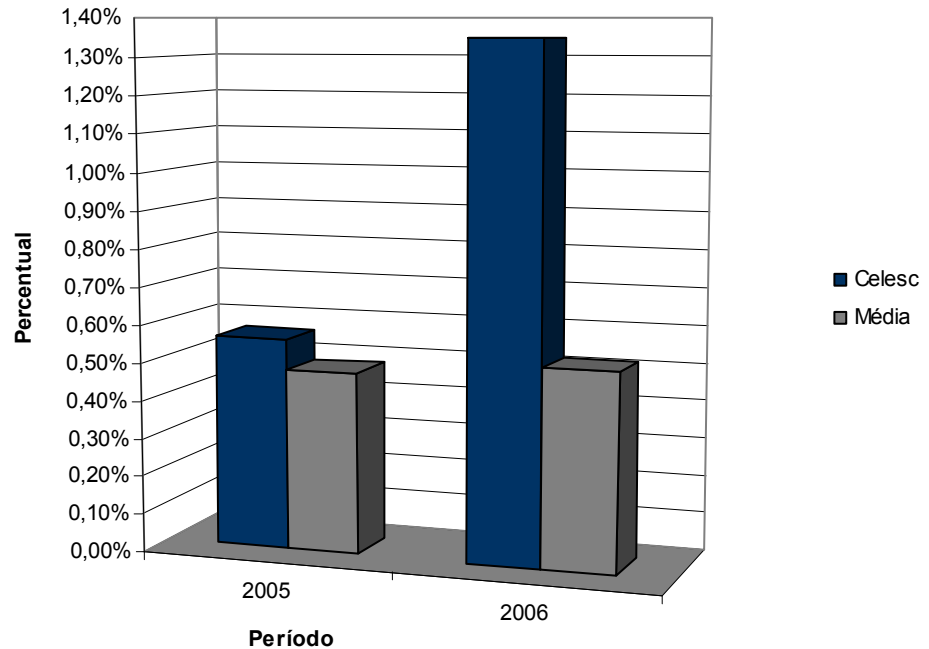


Figura 06 - Comparativo de participação de investimentos ambientais da CELESC x Média em relação a Receita Líquida

Fonte: Adaptado dos Relatórios Anuais das empresas pesquisadas

Nos períodos analisados a CELESC superou a média das empresas nos dois anos consecutivos. Em 2005 investiu com 0,56% e o valor médio investido pelas empresas foi de 0,48% e em 2006 a CELESC investiu 1,35% enquanto a média das empresas com 0,5% menos da metade do percentual da CELESC. O investimento da CELESC no meio ambiente aumentou mais que o dobro em 2006, enquanto que a média das empresas aumentou apenas 0,02%.

Nota-se através das Figuras 01 e 03 que a CELESC não é a empresa que tem o maior valor em receita líquida e investimentos ambientais, no entanto analisando a Figura 02 que demonstra o total da receita líquida da CELESC em comparação a média das doze empresas e analisando também a Figura 04 onde apresenta o valor investido no meio ambiente da CELESC em comparação com a média das doze empresas, percebe-se que a CELESC possui uma receita líquida e um investimento ambiental superior ao da média das doze empresas pesquisadas.

Verificado que a CELESC obteve um aumento na receita líquida e no investimento ambiental respectivamente nos dois anos analisados pode-se deduzir que a CELESC possui uma política de investimentos ambiental definida, onde seus investimentos tendem a crescer a cada ano.

4 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

4.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho buscou identificar o nível de investimentos ambientais efetuados pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A – CELESC, e assim verificou-se que o Relatório da Administração e o Balanço Social de 2005 e 2006 foram fundamentais para o alcance dos objetivos propostos pelo trabalho, contribuindo para o perfil e histórico da empresa, identificação dos tipos de investimentos ambientais, para efetuar o comparativo do nível de investimentos ambientais com outras empresas do mesmo ramo de atividade e análise do nível de investimentos ambientais da empresa objeto de estudo.

Com relação a identificação dos tipos de investimentos ambientais foi constatado que os investimentos ambientais que a CELESC efetuou de 2005 a 2007 foram: gestão ambiental, adequação de instalações e energias alternativas. Os investimentos que ela realizou no período de 2005 e 2006 foram relacionados somente a reciclagem. Realizou-se investimentos na área de equipamentos, planos de recuperação e de técnicas nos anos de 2006 e 2007, já em 2005 e 2007 o investimento realizado foi o de treinamento e pesquisa.

Os investimentos que foram efetuados somente em um ano são: reflorestamento, reaproveitamento e redução no consumo de água em 2005, prevenção em 2006 e conhecimentos científicos em 2007.

Verificou-se dois tipos de investimentos que não foram aplicados pela empresa nos três anos pesquisados, que são: redução de gases na atmosfera e acompanhamento das ações ambientais.

De acordo com o comparativo efetuado no estudo de caso pode-se observar que nos períodos analisados a CELESC superou a média das empresas nos dois anos consecutivos. Em 2005 investiu com 0,56% e a média das empresas investiu 0,48% e em 2006 a CELESC investiu 1,35% enquanto a média das empresas ficou 0,5% , menos da metade do percentual da CELESC.

Percebe-se através das Figuras 01 e 03 que a CELESC não é a empresa que tem o maior valor em receita líquida e investimentos ambientais, no entanto analisando a Figura 02 que demonstra o total da receita líquida da CELESC em comparação a média das doze empresas e analisando também a Figura 04 onde apresenta o valor investido no meio ambiente da CELESC em comparação com a média das doze empresas, percebe-se que a

CELESC possui uma receita líquida e um investimento ambiental superior ao da média das doze empresas pesquisadas.

A partir do estudo de caso, foi analisado o nível de investimentos ambientais aplicados pela empresa no período de 2005 e 2006, foi constatado que foram investidos R\$ 16.835 milhões e R\$ 44.278 milhões respectivamente, comparados com sua receita líquida, obteve um percentual de 056% em 2005 e 1,35% em 2006.

4.2 SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

O tema da presente pesquisa poderá despertar o interesse de outros acadêmicos, com isso para futuros trabalhos recomenda-se:

- Comparar o nível de investimentos ambientais em empresas de ramos diferentes;
- Efetuar trabalhos na mesma linha de pesquisa, com questionários semi-estruturados e verificação *in loco* das ações desenvolvidas pelas empresas em termos de investimento ambiental;
- Analisar as facilidades e dificuldades das empresas em realizar os investimentos ambientais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Josimar Ribeiro de; MELLO, Claudia dos S.; CAVALCANTI, Yara. *Gestão ambiental: planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação*. Rio de Janeiro: Thex Editora, 2000.

BEUREN, Ilse Maria et al. *Como elaborar trabalhos monográficos*. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BERGAMINI JUNIOR, Sebastião. *Contabilidade e risco ambientais*. Disponível em <http://www.ida.org.br>. Acesso em junho 2007.

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética da humana-compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO – BOVESPA. Apresenta informações sobre o mercado de capitais e principais índices econômicos do Brasil. Disponível em: www.bovespa.com.br. Acesso em: 27/04/2008.

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A. Disponível em: <http://www.celesc.com.br>. Acesso em 13/05/2008.

CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A. Disponível em: <http://cemig.com.br>. Acesso em 13/04/2008.

CUNHA, Aromildo Sprenger da; PEROTTONI, Marco Antonio. Balanço Social. *Revista de Contabilidade do CRC-SP*. São Paulo, ano I nº5. P. 35-37, julho, 1998.

DONAIRE, Denis. *Gestão ambiental na empresa*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

FERREIRA, Aracélia Cristina de Souza. *Contabilidade ambiental: Uma informação para o desenvolvimento sustentável*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FUNDACIÓ Fórum Ambiental. Agencia Europea Del Médio Ambiente. Barcelona, Abril 2001. *Perfil profesional del responsable de médio ambiente em lãs organizaciones*. Disponible em: <<http://www.forumambiental.com>>. Acesso em: 23/02/2008.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDÁ, Michael F. *Teoria da contabilidade*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. Apresenta informações sobre balanço social e demais dados sobre indicadores sociais. Disponível em: <http://www.ibase.org.br/> e <http://www.balancosocial.org.br>. Acesso em: 22/01/2008.

INSTITUTO ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL. Informações sobre responsabilidade social empresarial e balanço social. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/>>. Acesso em: 12/02/2008.

IUDÍCIBUS, Sergio de.; MARION, José Carlos. *Introdução à teoria da contabilidade*: Para nível de Graduação. 3ª ed. Atlas: São Paulo, 2002

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. *Balanço social*: teoria e prática. Atlas: São Paulo, 2000.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. *Balanço social*: uma proposta de normatização. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, n. 129, mai/jun 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LIGHT S/A. Disponível em: <http://light.com.br>. Acesso em 13/04/2008.

LUCA, Márcia Martins Mendes de. *Demonstração do valor adicionado*: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo: Atlas, 1998.

MARION, José Carlos. *Contabilidade Básica*. São Paulo: Atlas, 1985.

MARION, José Carlos; DIAS, Reinaldo; TRALDI, Maria Cristina. *Monografia para os Cursos de Administração, Contabilidade e Economia*. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Eliseu & RIBEIRO, Maisa de Souza. *A informação como instrumento de contribuição da contabilidade para a compatibilização do desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente*. Boletim IBRACON, São Paulo, n.208, 1995.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 21/03/2008.

VIANNA, Nadja Claudia Lopes. Responsabilidade Social na gestão pública – estudo da prefeitura municipal de Florianópolis. 2004. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

PADOVEZE, Luís Clóvis. *Manual de contabilidade básica*: uma introdução à prática contábil. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

PAIVA, Paulo Roberto de. *Contabilidade ambiental*: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focados na prevenção. Atlas: São Paulo, 2006.

PEREIRA, Ladjane Pacheco de Souza. Balanço Social: um estudo da evidenciação da responsabilidade social em Santa Catarina, nas empresas do ramo têxtil. 2003. 97 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social*: métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSSETTI, José Paschoal. *Contabilidade social*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1992.

SANTOS, Antônio Alves dos et al . Contabilidade Social: ferramenta estratégica do marketing ambiental. In: XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2000, Goiânia. CD-ROM.

SILVA, Jaciane Ramos da. *Análise da responsabilidade social* – estudo comparativo dos indicadores do corpo funcional em empresas do ramo frigorífico. 2004. 87 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Souza. *Balanço social: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2001.

SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; VIDAL, Mario César Rodriguez. *Balancos sociais brasileiros: uma análise crítica das publicações do ano de 2001*. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2, 2002, São Paulo. Disponível em: <<http://www.eac.fea.usp.br/>>. Acesso em: 23/03/2008.

TACHIZAWA, Takeshy. *Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira*. 2.ed. Atlas: São Paulo, 2004.

TAYLOR, Robert. *Balanço social: instrumental de avaliação de desempenho e correção do planejamento social na vida da empresa*. In: GONÇALVES, Ernesto L. (org). *Balanço Social da empresa na América Latina*. Tradução M. A. A . de Lima Gonçalves. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1980. p. 25-33.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. *Contabilidade e gestão ambiental*. Atlas: São Paulo, 2004.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. *Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações*. São Paulo: Atlas, 2001.

TORRES, Ciro. Publique seu Balanço Social. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>.> Acesso em 29/01/2008.

TRACTEBEL ENERGIA S/A. Disponível em: <http://tractebel.com.br>. Acesso em 13/04/2008.

ANEXOS

ANEXO A

MODELO DE BALANÇO SOCIAL IBASE

Balanco Social Anual / 2007

iBase



1. Base de cálculo	2007 Valor (mil reais)			2006 Valor (mil reais)		
Receita líquida (RL)						
Resultado operacional (RO)						
Folha de pagamento bruta (FPB)						
2. Indicadores sociais Internos	Valor (mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor (mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL
Alimentação						
Encargos sociais compulsórios						
Previdência privada						
Saúde						
Segurança e saúde no trabalho						
Educação						
Cultura						
Capacitação e desenvolvimento profissional						
Creches ou auxílio-creche						
Participação nos lucros ou resultados						
Outros						
Total - Indicadores sociais internos						
3. Indicadores sociais externos	Valor (mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Educação						
Cultura						
Saúde e saneamento						
Esporte						
Combate à fome e segurança alimentar						
Outros						
Total das contribuições para a sociedade						
Tributos (excluídos encargos sociais)						
Total - Indicadores sociais externos						
4. Indicadores ambientais	Valor (mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa						
Investimentos em programas e/ou projetos externos						
Total dos investimentos em meio ambiente						
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa:	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		
5. Indicadores do corpo funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período						
Nº de admissões durante o período						
Nº de empregados(as) terceirizados(as)						
Nº de estagiários(as)						
Nº de empregados(as) acima de 45 anos						
Nº de mulheres que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por mulheres						
Nº de negros(as) que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)						
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais						
6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2007			Metas 2008		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa						
Número total de acidentes de trabalho						
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apoia	<input type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas solucionadas:	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2007:			Em 2006:		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	___% governo	___% colaboradoras(as)	___% acionistas	___% governo	___% colaboradoras(as)	___% acionistas
	___% terceiros	___% retido		___% terceiros	___% retido	
7. Outras informações						

Apoio:



Instruções para o preenchimento

Realização	Este Balanço Social (BS) deve apresentar os projetos e as ações sociais e ambientais efetivamente realizados pela empresa Sugestão: este BS deve ser o resultado de amplo processo participativo que envolva a comunidade interna e externa
Publicação	Este BS deve ser apresentado como complemento em outros tipos de demonstrações financeiras e socioambientais; publicado isoladamente em jornais e revistas; amplamente divulgado entre funcionários(as), clientes, fornecedores e a sociedade. Pode ser acompanhado de outros itens e de informações qualitativas (textos e fotos) que a empresa julgue necessários
Selo "Balanço Social Ibase/Betinho"	A empresa que realizar e publicar o seu balanço social, utilizando este modelo mínimo sugerido pelo Ibase, pode receber o direito de utilizar o Selo Balanço Social Ibase/Betinho nos seus documentos, relatórios, papeleria, produtos, embalagem, site etc. Mais informações e normas: www.balancosocial.org.br RESTRICÇÕES: o Selo Balanço Social Ibase/Betinho NÃO será fornecido às empresas de cigarro, armas de fogo/munições e bebidas alcoólicas. O Ibase não concede, suspende e/ou retira o Selo Balanço Social Ibase/Betinho conforme critérios estabelecidos no site www.balancosocial.org.br
1. Base de cálculo	Itens incluídos
Receita líquida	Receita bruta excluída dos impostos, contribuições, devoluções, abatimentos e descontos comerciais
Resultado operacional	Este se encontra entre o Lucro Bruto e o LAIR (Lucro Antes do Imposto de Renda), ou seja, antes das receitas e despesas não operacionais
Folha de pagamento bruta	Somatório de remuneração (salários, gratificações, comissões e abonos), 13º salário, férias e encargos sociais compulsórios (INSS, FGTS e contribuição social).
2. Indicadores sociais internos	
Alimentação	Gastos com restaurantes, vale-refeição, lanches, cestas básicas e outros relacionados à alimentação de empregados(as)
Previdência privada	Planos especiais de aposentadoria, fundações previdenciárias, complementações de benefícios a aposentados(as) e seus dependentes
Saúde	Plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde, inclusive de aposentados(as)
Educação	Gastos com ensino regular em todos os níveis, reembolso de educação, bolsas, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca (excluído pessoal) e outros gastos com educação
Cultura	Gastos com eventos e manifestações artísticas e culturais (música, teatro, cinema, literatura e outras artes)
Capacitação e desenvolvimento profissional	Recursos investidos em treinamentos, cursos, estágios (excluído os salários) e gastos voltados especificamente para capacitação relacionada com a atividade desenvolvida por empregados(as)
Creches ou auxílio-creche	Creche no local ou auxílio-creche a empregados(as)
Participação nos lucros ou resultados	Participações que não caracterizem complemento de salários
Outros benefícios	Seguros (parceira paga pela empresa), empréstimos (só o custo), gastos com atividades recreativas, transportes, moradia e outros benefícios oferecidos a empregados(as) podem ser aqui enumerados
3. Indicadores sociais externos	
Total das contribuições para a sociedade	Somatório dos investimentos na comunidade que aparecem discriminados Os itens na tabela aparecem como indicadores de setores importantes onde a empresa deve investir (como habitação, creche, lazer e diversão, por exemplo). Porém podem aparecer aqui somente os investimentos focais que a empresa realiza regularmente
Tributos (excluídos encargos sociais)	Impostos, contribuições e taxas federais, estaduais e municipais
4. Indicadores ambientais	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	Investimentos, monitoramento da qualidade dos resíduos/efluentes, despoluição, gastos com a introdução de métodos não-poluente, auditorias ambientais, programas de educação ambiental para os(as) funcionários(as) e outros gastos com o objetivo de incrementar e buscar o melhoramento contínuo da qualidade ambiental na produção/operação da empresa
Investimentos em programas/projetos externos	Despoluição, conservação de recursos ambientais, campanhas ecológicas e educação socioambiental para a comunidade externa e para a sociedade em geral
Metas anuais	Resultado médio percentual alcançado pela empresa no cumprimento de metas ambientais estabelecidas pela própria corporação, por organizações da sociedade civil e/ou por parâmetros internacionais como o Global Reporting Initiative (GRI)
5. Indicadores do corpo funcional	
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	Considerar como trabalhadores(as) negros(as) o somatório de indivíduos classificados/autodeclarados como de pele preta e parda (conforme a RAIS)
6. Informações relevantes	
Relação entre a maior e a menor remuneração	Resultado absoluto da divisão da maior remuneração pela menor
Número total de acidentes de trabalho	Todos os acidentes de trabalho registrados durante o ano
Normas	Conforme as Convenções 87, 98, 135 e 154 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e os itens da norma Social Accountability 8000 (SA 8000)
Valor adicionado	Mais informações: www.balancosocial.org.br
7. Outras informações	
	Outras informações importantes quanto ao exercício da responsabilidade social, ética e transparência. Declarações para as empresas que solicitaram o Selo Balanço Social Ibase/Betinho.

**ANEXO B
BALANÇO SOCIAL DA CELESC – 2005**

Balanço Social

1 - BASE DE CÁLCULO	2005 Valor (mil reais)			2004 Valor (mil reais)		
	- Receita Líquida (RL) - Resultado Operacional (RO) - Folha de Pagamento Bruta (FPB)	2.994.460 301.134 331.170			2.644.660 191.621 316.246	
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL
- Alimentação	10.777	3	0	7.784	2	0
- Encargos Sociais Compulsórios	69.071	21	2	62.770	20	2
- Previdência Privada	15.554	5	1	14.370	5	1
- Saúde	5.624	2	0	5.561	2	0
- Segurança e Medicina no Trabalho	902	0	0	1.281	0	0
- Educação	1	0	0	1	0	0
- Cultura	150	0	0	30	0	0
- Capacitação e Desenv. Profissional	3.542	1	0	3.352	1	0
- Creches ou Auxílio-Creche	632	0	0	518	0	0
- Participação nos Lucros ou Resultados	8.626	3	0	7.976	3	0
- Outros	795	0	0	1.548	0	0
Total - Indicadores Sociais Internos	115.684	36	4	105.191	33	4
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Educação	346	0	0	98	0	0
- Cultura	3.435	1	0	2.172	1	0
- Saúde e Saneamento	68	0	0	50	0	0
- Esporte	1.200	0	0	50	0	0
- Combate à Fome e Segurança Alimentar	67	0	0	31	0	0
- Outros	113.238	38	4	42.431	22	2
Total das Contribuições p/ a Sociedade	118.354	39	4	44.832	23	2
- Tributos (excluídos os encargos sociais)	1.404.697	466	47	1.211.607	632	46
Total - Indicadores Sociais Externos	1.523.051	506	51	1.256.439	655	48
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Investimentos Relação à Produção/Operação da Empresa	877	0	0	81	0	0
- Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	15.958	5	1	11.478	6	0
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	16.835	6	1	11.559	6	0
- Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa:	<input type="checkbox"/> não possui metas <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75 %		<input type="checkbox"/> não possui metas <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75 %		<input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50 % <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100 %	
	<input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50 % <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100 %		<input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50 % <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100 %		<input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50 % <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100 %	
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL						
- Nº de empregados ao final do período	3590		3.609			
- Nº de admissões durante o período	187		207			
- Nº de empregados terceirizados	1905		2.108			
- Nº de estagiários	340		336			
- Nº de empregados acima de 45 anos	1496		1.380			
- Nº de mulheres que trabalham na empresa	530		527			
- % de cargos de chefia ocupados por mulheres	16		15			
- Nº de negros que trabalham na empresa	69		79			
- % de cargos de chefia ocupados por negros	1		1			
- Nº de portadores de deficiência ou necessidades especiais	2		6			
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2005			Metas 2006		
- Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa	21			15		
- Número total de acidentes de trabalho	51			0		
- Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados
- Os padrões de segurança e saúde no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados	<input checked="" type="checkbox"/> todos+ C/ta	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados	<input checked="" type="checkbox"/> todos+ C/ta
- Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da C/ta	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a C/ta	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> seguirá as normas da C/ta	<input checked="" type="checkbox"/> incentivará e seguirá a C/ta
- A previdência privada contempla	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos os empregados
- A participação nos lucros ou resultados contempla	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos os empregados
- Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos
- Quanto à participação de empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apoia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará
- Número total de reclamações e críticas de consumidores:	na Empresa 75.597	no Procon 663	na Justiça 568	na Empresa 0	no Procon 0	na Justiça 0
- % de reclamações e críticas solucionadas:	na Empresa 100%	no Procon 85%	na Justiça 8,50%	na Empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 100%
- Valor Adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2005: 2.274.317			Em 2004: 2.232.018		
- Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	76% governic	11% colaboradores	2% acionistas	5% terceiros	6% retido	
	74% governo	12% colaboradores	2% acionistas	5% terceiros	7% retido	
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES	Coordenação: Viviani Bleyer Remor - Fone: (48) 3231-5149 E-mail: viviantr@celesc.com.br CNPJ: 83.878.892/0001-55 UF: SC Setor Econômico: Serviço Público de Energia Elétrica Contador: José Braulino Stahelin - Fone: (48) 3231-6030 E-mail: jbraulinos@celesc.com.br CRC/SC - 018.996/O-8					
"ESTA EMPRESA NÃO UTILIZA MÃO-DE-OBRA INFANTIL OU TRABALHO ESCRAVO, NÃO TEM ENVOLVIMENTO COM PROSTITUIÇÃO OU EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE E NÃO ESTÁ ENVOLVIDA COM CORRUPÇÃO" "NOSSA EMPRESA VALORIZA E RESPEITA A DIVERSIDADE INTERNA E EXTERNAMENTE"						

**ANEXO C
BALANÇO SOCIAL DA CELESC 2006**

Balanço Social

1 - BASE DE CÁLCULO	2008			2005		
	Valor (mil reais)			Valor (mil reais)		
- Receita Líquida (RL)	3.259.694			2.994.460		
- Resultado Operacional (RO)	203.343			301.134		
- Folha de Pagamento Bruta (FPB)	343.936			331.170		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL
- Alimentação	12.596	4	0	10.777	3	0
- Encargos Sociais Compulsórios	82.919	24	3	68.071	21	2
- Previdência Privada	17.132	5	1	15.564	5	1
- Saúde	7.436	2	0	5.624	2	0
- Segurança e Medicina no Trabalho	1.578	0	0	902	0	0
- Educação	32	0	0	1	0	0
- Cultura	36	0	0	150	0	0
- Capacitação e Desenv. Profissional	2.572	1	0	3.542	1	0
- Creches ou Auxílio-creche	787	0	0	632	0	0
- Participação nos Lucros ou Resultados	12.185	4	0	8.626	3	0
- Outros	632	0	0	795	0	0
Total - Indicadores Sociais Internos	137.806	43	6	116.684	36	4
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Educação	157	0	0	346	0	0
- Cultura	9.222	3	0	3.435	1	0
- Saúde e Saneamento	68.067	23	2	68	0	0
- Esporte	18.003	6	1	1.200	0	0
- Combate à Fome e Segurança Alimentar	118	0	0	67	0	0
- Outros	78.118	26	3	113.238	38	4
Total das Contribuições p/ a Sociedade	173.685	68	8	118.364	38	4
- Tributos (excluídos os encargos sociais)	3.495	1	0	1.404.697	466	47
Total - Indicadores Sociais Externos	177.181	68	8	1.623.051	608	51
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Investimentos Relac. c/ a Produção/Operação da Empresa	73	0	0	877	0	0
- Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	44.205	15	1	15.958	5	1
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	44.278	15	1	16.835	6	1
- Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas (x) cumpre de 51 a 75 %			() não possui metas (x) cumpre de 51 a 75 %		
	() cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 %			() cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 %		
6 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL						
- Nº de empregados ao final do período		4.041			3.590	
- Nº de admissões durante o período		765			187	
- Nº de empregados terceirizados		1.973			1.905	
- Nº de estagiários		379			340	
- Nº de empregados acima de 45 anos		1.393			1.496	
- Nº de mulheres que trabalham na empresa		666			530	
- % de cargos de chefia ocupados por mulheres		19			16	
- Nº de negros que trabalham na empresa		143			69	
- % de cargos de chefia ocupados por negros		2			1	
- Nº de portadores de deficiência ou neces. especiais		16			2	
8 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL		2008			Metas 2007	
- Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa		23,02			15	
- Número total de acidentes de trabalho		61			0	
- Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	[] direção e gerências	[x] direção e gerências	[] todos os empregados	[] direção e gerências	[x] direção e gerências	[] todos os empregados
- Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	[] direção e gerências	[] todos os empregados	[x] todos os empregados	[] direção e gerências	[] todos os empregados	[x] todos os empregados
- Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a empresa:	[] não se envolve	[] segue as normas da OIT	[x] incentiva e segue a OIT	[] não se envolverá	[] seguirá as normas da OIT	[x] incentivará e seguirá a OIT
- A previdência privada contempla:	[] direção e gerências	[] direção e gerências	[x] todos os empregados	[] direção e gerências	[] direção e gerências	[x] todos os empregados
- A participação nos lucros ou resultados contempla:	[] direção e gerências	[] direção e gerências	[x] todos os empregados	[] direção e gerências	[] direção e gerências	[x] todos os empregados
- Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	[] não são considerados	[] são sugeridos	[x] são exigidos	[] não serão considerados	[] serão sugeridos	[x] serão exigidos
- Quanto à participação de empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	[] não se envolve	[] apóia	[x] organiza e incentiva	[] não se envolverá	[] apoiará	[x] organizará e incentivará
- Número total de reclamações e críticas de consumidores:	na Empresa	no Procon	na Justiça	na Empresa	no Procon	na Justiça
	68.358	165	1305	0	0	0
- % de reclamações e críticas solucionadas:	na Empresa	no Procon	na Justiça	na Empresa	no Procon	na Justiça
	98%	100%	100%	100%	100%	100%
- Valor Adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2008: 2.653.268			Em 2006: 2.474.817		
- Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	75,87 % governo	10,91 % colaboradores	1,99 % acionistas	75 % governo	11 % colaboradores	2 % acionistas
		3,85 % terceiriz.	6,38 % retido		5 % terceiriz.	6 % retido
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES	CNPJ: 83.878.892/0001-55 UF: SC Coordenação: - Viviani Bleyer Remor - Fone: (48) 3231-5520 E-mail: vivianib@celesc.com.br Setor Econômico: Serviço Público de Energia Elétrica Contador: - José Braulino Stihelin - Fone: (48) 3231-6030 E-mail: jbraulino@celesc.com.br CRC/SC - 018.996/O-8					
	ESTA EMPRESA NÃO UTILIZA MÃO-DE-OBRA INFANTIL OU TRABALHO ESCRAVO, NÃO TEM ENVOLVIMENTO COM PROSTITUIÇÃO OU EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE E NÃO ESTÁ ENVOLVIDA COM CORRUPÇÃO *NOSSA EMPRESA VALORIZA E RESPEITA A DIVERSIDADE INTERNA E EXTERNAMENTE*					

ANEXO D BALANÇO SOCIAL DA CELESC 2007

Balanço Social

1 - BASE DE CÁLCULO	2007 Valor (mil reais)			2006 Valor (mil reais)		
	- Receita Líquida (RL)	3.166.800			3.269.694	
- Resultado Operacional (RO)	299.020			203.343		
- Folha de Pagamento Bruta (FPB)	381.111			343.936		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL
- Alimentação	18.298	5	1	12.596	4	0
- Encargos Sociais Compulsórios	89.881	24	3	82.919	24	3
- Previdência Privada	19.540	6	0	17.132	5	0
- Saúde	7.895	2	0	7.436	2	0
- Segurança e Medicina no Trabalho	2.058	0	0	1.578	0	0
- Educação	3,1	0	0	32	0	0
- Cultura	4	0	0	36	0	0
- Capacitação e Desenv. Profissional	1.595	0	0	2.572	0	0
- Creches ou Auxílio-creche	899	0	0	787	0	0
- Participação nos Lucros ou Resultados	12.432	3	0	12.185	3	0
- Outros	747	0	0	632	0	0
Total - Indicadores Sociais Internos	152.380	40	5	137.905	40	4
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Educação	712	0	0	157	0	0
- Cultura	12.050	4	0	9.222	5	0
- Saúde e Saneamento	76.464	26	2	68.067	33	2
- Esporte	13.382	4	0	18.003	9	0
- Combate à Fome e Segurança Alimentar	318	0	0	118	0	0
- Outros	65.534	22	2	78.118	38	2
Total das Contribuições p/ a Sociedade	168.455	56	5	173.685	85	9
- Tributos (excluídos os encargos sociais)	1.677.757	56	53	1.428.540	703	44
Total - Indicadores Sociais Externos	1.846.212	617	58	1.602.225	788	49
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Investimentos Reais: em Produção/Operação da Empresa	9	0	0	73	0	0
- Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	359,6	12	1	44.205	22	1
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	359,6	12	1	44.278	22	1
- Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas (x) cumpre de 51 a 75 %			() não possui metas (x) cumpre de 51 a 75 %		
	() cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 %			() cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 %		
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL						
- Nº de empregados ao final do período	4.035			4.041		
- Nº de admissões durante o período	85			765		
- Nº de empregados terceirizados	3.190			1.973		
- Nº de estagiários	354			379		
- Nº de empregados acima de 45 anos	1.572			1.393		
- Nº de mulheres que trabalham na empresa	668			666		
- % de cargos de chefia ocupados por mulheres	24			19		
- Nº de negros que trabalham na empresa	71			143		
- % de cargos de chefia ocupados por negros	1			2		
- Nº de portadores de deficiência ou neces. especiais	12			16		
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2007			Metas 2008		
- Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa	1143			1143		
- Número total de acidentes de trabalho	61			0		
- Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção e gerências	(x) todos os empregados		() direção e gerências	(x) todos os empregados	
- Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos os empregados	(x) todos + Cisa	() direção e gerências	() todos os empregados	(x) todos + Cisa
- Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos trabalhadores, a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(x) incentivará e seguirá a OIT
- A previdência privada contempla:	() direção e gerências	(x) todos os empregados		() direção e gerências	(x) todos os empregados	
- A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção e gerências	(x) todos os empregados		() direção e gerências	(x) todos os empregados	
- Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
- Quanto a participação de empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(x) apóia	() organiza e incentiva	() não se envolverá	(x) apoiará	() organizará e incentivará
- Número total de reclamações e críticas de consumidores:	na Empresa: 553.159	no Procon: 574	na Justiça: 701	na Empresa: 0	no Procon: 0	na Justiça: 0
- % de reclamações e críticas solucionadas:	na Empresa: 92,65%	no Procon: 92,93%	na Justiça: 3,6%	na Empresa: 100%	no Procon: 100%	na Justiça: 100%
- Valor Adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2007: 2.854.121			Em 2008: 2.553.268		
- Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	71,85 % govern; 10,88 % colaboradores; 17,27 % adminstr.; 9,98 % terceiros; 0,02 % outros			76,87 % govern; 10,91 % colaboradores; 12,44 % adminstr.; 1,78 % terceiros; 8,00 % outros		
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES						
CNPJ: 83.878.892/0001-55 U.F.: SC	Coordenação: - Viviani Blever Remor - Fone: (48) 3231-5520 E-mail: vivianibr@celesc.com.br					
Sector Econômico: Serviço Público de Energia Elétrica	Contador: - José Braulino Stähel - Fone: (48) 3231-6030 E-mail: jbraulinos@celesc.com.br CRC/SC - 018.996/O-8					
ESTA EMPRESA NÃO UTILIZA MÃO-DE-OBRA INFANTIL OU TRABALHO ESCRAVO, NÃO TEM ENVOLVIMENTO COM PR OU EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE E NÃO ESTÁ ENVOLVIDA COM CORRUPÇÃO*						
"NOSSA EMPRESA VALORIZA E RESPEITA A DIVERSIDADE INTERNA E EXTERNAMENTE"						